

OAB-PE avança na valorização da advocacia negra

Aprovação do *Plano Estadual* é apenas mais uma das várias ações para promover a equidade racial na instituição

Esperança Garcia, mulher negra
escravizada, considerada a
primeira advogada do Brasil



Divulgação

ENTREVISTA

Silvia Souza é a
primeira mulher a
comandar prestigiada
Comissão Nacional
de Direitos Humanos



Daniela Nader/Capibaribe Conteúdo

COWORKING

Espaço em Boa
Viagem eleva a
oferta de serviços à
advocacia estadual
a um novo patamar

EXPANSÃO

Entregas e eventos
para dignificar o
papel de advogados
e advogadas tomam
todo o estado

COWORKING PROFESSOR

OCTÁVIO LÔBO

**É GRATUITO
É PROFISSIONAL
É SEU**



Agendamentos
em **oabpe.org.br**



Av. Domingos Ferreira,
nº 1195, Boa Viagem.

Coworking da OAB-PE.
Onde a advocacia se conecta.



PERNAMBUCO





Uma pauta mais necessária



Fernando Ribeiro Lins
Presidente da OAB-PE

Assim como ocorre com os demais grupos que não possuem a mesma quantidade de oportunidades e inserção que as classes historicamente dominantes, comemorar o Mês da Consciência Negra é um ato de forte simbolismo, além de ser extremamente necessário. Apesar de vivermos em um mundo com tantos avanços, no qual, dia e noite, debatemos sobre tecnologia e inteligência artificial, nossa sociedade ainda não conseguiu vencer o flagelo do preconceito racial. Destacar a importância da consciência negra é não apenas homenagear aqueles que lutam pela equidade, mas uma oportunidade para que todos olhemos para dentro de nós mesmos e vejamos o que cada um pode fazer para transformar a nossa sociedade em um lugar mais justo, de oportunidades para todos.

Na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, temos o entendimento de que ainda há muito a ser feito para que o objetivo maior seja conquistado. Mas estamos felizes em perceber o muito que foi feito nos últimos anos. Nossas ações de valorização dos advogados e advogadas negros em Pernambuco não ocorrem apenas no mês de novembro, por mais que reconheçamos o valor da data. Um bom exemplo são os espaços abertos para a advocacia negra através

das ações afirmativas que garantiram, por exemplo, cotas para a formação das chapas que disputaram as últimas eleições ou para a formação dos conselhos seccionais e, mais recentemente, das listas sêxtuplas para o Quinto Constitucional.

Mas não nos contentamos com isso. Ao longo do ano, a OAB-PE está presente em diversos encontros, eventos, palestras, articulações, movimentos e lutas, a fim de ampliar a voz e a presença da advocacia negra. Fomos a primeira seccional a realizar um censo para conhecer mais a fundo a realidade dos nossos profissionais negros. Agora, todo esse trabalho está institucionalizado através do *Plano Estadual de Valorização da Advocacia Negra*. Ele traz uma série de ações que deverão ser tomadas por qualquer gestão da OAB-PE, para que esse processo de busca pela equidade racial não sofra qualquer tipo de retrocesso.

Nesta edição da *Advogar*, reforçamos as mensagens necessárias sobre consciência negra com uma entrevista que é de leitura obrigatória, com a primeira mulher a assumir a presidência da Comissão Nacional de Direitos Humanos, a paulista Silvia Souza. Trazemos também as diversas entregas e eventos realizados no Mês da Advocacia e a inauguração, em Boa Viagem, de um dos marcos da atual gestão, o *Coworking* Professor Octávio Lôbo. É mais um compromisso cumprido com a advocacia. Boa leitura!

índice

06

ENTREVISTA



Primeira mulher a presidir a Comissão Nacional de Direitos Humanos, **Silvia Souza** fala sobre equidade racial, de gênero e pede mais ações afirmativas

26

LUTA



Comissão quer que Pernambuco seja o primeiro estado do país a legalizar o cultivo da *cannabis* para uso medicinal

28

CELEBRAÇÃO



OAB-PE faz uma série de entregas e eventos para marcar o Mês da Advocacia e homenageia profissionais com a Medalha do Mérito Joaquim Amazonas

34

COMPROMISSO



Novo Coworking Professor Octávio Lôbo, em Boa Viagem, eleva o nível dos serviços oferecidos pela OAB-PE à advocacia pernambucana

38

SERVIÇO



Comissão de Prerrogativas amplia leque de atuação com fortalecimento do Sistema Estadual e mais defensores pelo estado

42

CONSCIÊNCIA



Valorização da advocacia negra ganha reforço de *Plano Estadual* e fortalece ações da gestão na busca pela equidade racial

62

NOVIDADE



Convênio da CAAPE com o JusBrasil permite acesso pela advocacia de Pernambuco à plataforma com banco de dados diversificado

72

FORMAÇÃO



ESA-PE firma convênio com UNICAP para a criação do Mestrado em Direito e Inovação, com duração de 24 meses

Silvia Souza > Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos

*“Mais ações
afirmativas para
corrigir disparidades”*

Primeira mulher a presidir a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a paulista Silvia Souza vê conquistas recentes na paridade de gênero e raça, mas pede avanços que permitam mais mulheres e negros nos espaços de poder

O trabalho da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) da OAB, na atual gestão do presidente Beto Simonetti, tem gerado grande visibilidade, especialmente pela atuação em alguns casos emblemáticos. O assassinato do indigenista pernambucano Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips é um deles. Outro exemplo: o assassinato de Genivaldo de Jesus, asfixiado por policiais rodoviários federais dentro

de uma viatura, em Sergipe. Há, ainda, o julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no qual o Estado brasileiro foi responsabilizado pela omissão na morte do advogado Gabriel Sales Pimenta, em 1982, e que, entre outras medidas, determinou a implementação da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

À frente da CNDH está Silvia Souza. Paulista de Itapevi, ela transpõe mais





uma das tantas barreiras que uma mulher negra e da periferia precisa enfrentar diariamente em nosso país. Com uma longa e vitoriosa trajetória na área dos Direitos Humanos e da diversidade, a advogada se formou pela Universidade Paulista (Unip) como bolsista integral do Programa Universidade para Todos (Prouni). Acumulou participações em demandas jurídicas e legislativas relevantes na Câmara dos Deputados, no Senado, no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal. Assim, o convite para se tornar a primeira mulher a comandar uma das comissões mais representativas da OAB veio de forma natural, após ela ser eleita conselheira federal por São Paulo.

O que representa para a senhora ser a primeira mulher a presidir a CNDH, uma das comissões de maior visibilidade da OAB?

Para mim representa um avanço dentro do espaço da OAB, uma quebra de paradigmas, tendo eu a trajetória que tenho. De ser negra, de vir de movimento social, do movimento negro de São Paulo, e de ter a possibilidade de levar para dentro do espaço da Comissão essas lutas que, obviamente, já estavam lá. Tenho a possibilidade de engrossar esse caldo e ampliar as vozes dessas lutas de movimentos sociais e de movimentos pela efetivação de direitos no espaço da Comissão. Representa a possibilidade de apresentar uma perspectiva a partir desse lugar de onde eu vim e de onde eu estou falando. E ter conseguido construir, junto com a diretoria do Conselho Federal da OAB, uma abertura de espaços e uma gestão produtiva vem sendo fundamentalmente importante.

As mulheres já são maioria na advocacia brasileira, mas a esmagadora maioria dos grandes postos é ocupada por homens. O que fazer para garantir a equidade de gêneros na profissão?

O que faz a OAB através da Resolução 5, de 2020, adotando uma política de ações afirmativas que instituiu cotas de gênero em 50%, que é a política de paridade, e cotas raciais em 30% para pessoas negras, que é a política de equidade racial. Os cargos ainda são ocupados massivamente por homens - e homens



Divulgação

A distribuição das cotas raciais, que é prevista no movimento eleitoral da OAB, precisa ser ampliada para a distribuição de cargos"

brancos. Então, eu acho que uma das formas de correção dessa disparidade em relação ao gênero e à raça, que é uma disparidade histórica, é a ampliação dessas ações afirmativas. E essa ampliação pode se dar de várias formas. Ampliando a quantidade de vagas na diretoria. Atribuindo linearidade à distribuição de cargos para pessoas negras e para

mulheres. Ampliando, por exemplo, a lista do Quinto Constitucional. Essas listas precisam ter ações afirmativas de gênero e raça. Isso é uma forma de garantir a participação de mais mulheres nesse processo, o que também não deixa de ser um processo político. Pode ser mais uma porta para que mais mulheres ocupem espaços como esse.

A advocacia negra tem crescido em representatividade, ocupando mais postos de comando, mas ainda muito distante da realidade que os advogados brancos vivem. Como equilibrar essa balança e termos mais advogados e advogadas negros ocupando espaços de poder?

A advocacia negra vem ganhando

mais espaço e visibilidade, e tem sido ampliada dentro do Sistema OAB. Eu acho que isso é resultado também de uma política de ação afirmativa de 2004, o ProUni, que instituiu cotas sociais e, depois, cotas raciais para o ingresso nas universidades. Com mais negros acesando a universidade, com mais negros formados em Direito, aumenta-se o quadro de advogados progressivamente dentro do Sistema OAB. Como aumentar a presença de advogados negros e negras em cargos de liderança dentro da OAB? Por meio de ações afirmativas específicas para esses cargos. A distribuição das cotas raciais - que é prevista no movimento eleitoral, na formação de chapas - precisa ser ampliada para a distribuição de cargos. As cotas tinham que ser lineares para as posições de titularidades do Conselho Seccional, do Conselho Federal, da diretoria. Fora isso, penso que a OAB deve buscar uma aproximação com essa advocacia negra para dentro do Sistema OAB. Há muitos advogados negros que estão na academia, que estão produzindo conteúdo, que não são próximos do Sistema e poderiam ser convidados para palestras. Não apenas palestras sobre racismo, mas para falar de outros temas. Institucionalmente, a OAB precisa fazer essa busca ativa.

Voltando à CNDH, quais são os principais projetos que estão sendo tocados pela Comissão na atual gestão?

Primeiro, a gente tem um trabalho

de contencioso, que é o de responder às demandas que chegam na Comissão. E a gente tem GTs que tratam de temas específicos relativos a Direitos Humanos e que são tocados ali por membros da CNDH, como o GT sobre Sistema Prisional e Segurança Pública, que vem acompanhando os debates no âmbito do Ministério de Direitos Humanos em relação a violações de direitos dentro do sistema prisional. Nós temos um trabalho muito forte, em parceria com a Procuradoria Constitucional, nas ações que tramitam no STF relativas a Direitos Humanos. Nós ingressamos, por exemplo, com uma *amicus curiae*, a pedido da Comissão, em uma ação de controle de constitucionalidade sobre os indígenas Yanomami. Acabamos de apresentar um pedido de ingresso na ação que trata das violações sistemáticas que a população negra vem sofrendo: a ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) 973. Para nós é bastante importante, porque trata das violações sistemáticas sofridas pela população negra no que tange ao direito à vida, à segurança, à saúde, à igualdade e à alimentação humana adequada e nutricional. Então, o trabalho da Comissão é bastante pulverizado. E a principal atividade, de agora em diante, vai ser organizar a *Conferência Internacional dos Direitos Humanos*, que é promovida a cada três anos pela OAB. Ela vai acontecer em São Paulo, entre 24 e 25 de maio do ano que vem.

O Brasil é o quarto país que mais mata defensores dos Direitos Humanos e do meio ambiente. Como a advocacia pode atuar para virar esse jogo?

Esse é um outro trabalho no qual a gente tem atuado firmemente, que é em relação à proteção aos defensores e defensoras de Direitos Humanos que atuam neste país. O Conselho Federal da OAB foi *amicus curiae* na ação que tramitou perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o caso denominado Sales Pimenta x Brasil. Gabriel Sales Pimenta era um advogado de comunidade rural que foi assassinado no exercício da sua profissão, em 1982, em Marabá (PA). E o Estado brasileiro nunca respondeu a contento. Nunca houve uma investigação séria ou desvendamento dos crimes, apesar de existirem inúmeras evidências. Em outubro do ano passado, foi publicada a sentença com várias determinações para o Brasil, e a OAB teve um papel fundamental. Agora, nós acompanhamos o cumprimento dessa decisão pelo Estado brasileiro. Tem determinação de criação de protocolos para defensores e defensoras de Direitos Humanos quando estão em perigo. Tem determinação sobre a melhor adequação e desenvolvimento do Programa Nacional de Proteção de Direitos Humanos. Acompanhamos junto com outros entes, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, e a própria família do Gabriel Pimenta. Não basta ter a sentença. Elas têm que ser executadas.

Enquanto nosso país é o que mais mata pessoas trans no mundo e registra, diariamente, diversos outros tipos de crimes e violações contra a população LGBTQIA+, há, no Congresso Nacional, um movimento que quer barrar a união entre pessoas do mesmo sexo. Estamos vivendo um retrocesso na forma como a sociedade se relaciona com essa parcela da população?

Sobre a comunidade LGBTQIA+ e os retrocessos que estão aparecendo no Congresso, nós acompanhamos e nos manifestamos por meio de uma nota técnica, junto com a Comissão Nacional Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Essa nota técnica foi endossada pelo Conselho Federal e enviada ao Congresso Nacional. Isso é um retrocesso abissal, inaceitável, desavergonhado, absurdo, que não deve, de maneira alguma, passar pelo plenário da Câmara. A gente demonstra, de forma cabal, com bastante argumentos técnicos e legalistas, inclusive, mas também sociológicos e históricos, o quanto esse tipo de retrocesso é inaceitável para a sociedade brasileira. É inaceitável que milhões de famílias homoafetivas constituídas sejam submetidas a esse tipo de humilhação. A meu ver, um projeto como esse sendo aprovado, não deve ser sancionado. Mas isso, para mim, caracteriza uma humilhação dessa comunidade. O que estiver a nosso alcance, com certeza, faremos.

Outro problema grave que nosso país vive já há várias décadas, e que parece ter se acentua-



Considero importantíssimo, no campo dos Direitos Humanos, na luta antirracista, traçar estratégias para enfrentar a letalidade policial”

do nos últimos anos, é o número de pessoas mortas pelas forças policiais. E a maior parcela das vítimas é formada por pessoas jovens negras. Como enfrentar esse problema?

Eu acredito que esse número sempre foi alto. Ele só passou a ser catalogado, acho que nos últimos 20 e poucos anos, porque o Fórum Brasileiro de Segurança Pública passou a pegar os dados das secretarias de Segurança Pública e sistematizá-los. Essas mortes aumentam também depois da Lei de Drogas, que é de 2006. Aí aumenta-se o encarceramento e também a letalidade. A polícia foi criada no Brasil com a chegada da Família Real. E ela foi criada para perseguir negros escravizados que fugiam das senzalas e das perseguições dos seus senhores. Recentemente, foi publicado um relatório pela Rede de Observatórios de Segurança, que se chama *Pele Alva, a bala não erra o negro*. Ele diz que uma pessoa negra foi morta pela polícia ou por intervenção policial a cada quatro horas em

oito estados do país no ano passado. Diz ali que, dos 3.171 registros de morte que tinham a cor da vítima declarada, 87,35%, ou seja, 2.770 pessoas, eram pessoas negras. Esse número é absurdo! É por isso que eu considero tão importante que as ações no campo dos Direitos Humanos sejam estratégicas em todas as esferas de poder. A gente tem uma ação importantíssima, que é a ação sobre perfilamento racial nas abordagens policiais. Eu advogo nessa ação não pela OAB, mas por duas entidades da sociedade civil: o Instituto de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (IDAFRO) e o Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVS). E essa ação tem o condão de, se for deferida no Supremo Tribunal Federal, estabelecer parâmetros objetivos para as abordagens policiais. Eu considero importantíssimo, no campo dos Direitos Humanos, na luta antirracista, a gente traçar estratégias para enfrentar a letalidade policial de todos os lados. Não apenas por meio de medidas que nós entendemos que devem vir do Legislativo, mas também por meio de ações e determinações no Supremo Tribunal Federal. A educação em Direitos Humanos dentro da matriz curricular das Forças de Segurança Pública deve ser matéria prioritária, não opcional. O novo Governo, no curso desse ano, deveria fazer a revisão da matriz curricular dos cursos de formação das Forças de Segurança Pública, do Sistema Único de Segurança Pública, e a educação em Direitos Humanos com a perspectiva antirracista. Tratar a questão racial não como um recorte que vai aparecer

em duas, três aulas, mas como uma questão central. Não é possível que o Estado brasileiro continue formando policiais treinados para matar pessoas negras. E um papel importante nessa modificação, nessa criação do sujeito padrão, é o da academia, das universidades. As academias de polícia também, mas estou me referindo às universidades.

Em um país definido constitucionalmente como laico, acompanhamos o crescimento da intolerância religiosa. As que sofrem mais com a discriminação são as religiões de matriz africana. Como garantir os direitos delas?

As religiões de matriz africana são as mais atacadas no Brasil em termos de depredação de terreiros. Essas religiões precisam ser reconhecidas. É necessário que o Poder Público faça campanhas institucionais de comunicação, reconhecendo a importância dessas religiões. Óbvio que o país é laico, mas é importante que se reconheça a importância e a narrativa de não violação de direitos. Eu acho que, para além disso, é necessário que o poder público lidere um trabalho constante dos registros dos terreiros. A maioria dos terreiros não é registrada no Brasil. Os terreiros precisam acessar tudo o que esse ordenamento jurídico tem disponível para os estabelecimentos religiosos, como, por exemplo, as isenções que as igrejas evangélicas recebem. É necessário que sejam encampadas, também, políticas públicas de Estado que assegurem a existência desses lugares e desmistifiquem as religiões afro-brasileiras como religiões de-

moníacas. Não dá, em hipótese alguma, para aceitar discursos que caminhem nesse sentido. Cada um tem a sua religião e pode fazer o exercício dela. E isso deve ser respeitado.

Há alguns anos fala-se sobre a necessidade de uma reforma legislativa para fortalecer as medidas contra a discriminação de etnias e de gênero. O que a senhora pensa sobre isso?

Eu acho que não vai adiantar se as leis não forem cumpridas. A gente tem a Lei 10.639, de 2003. Ela assegura a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira como disciplina nas grades curriculares do ensino fundamental e do ensino médio. Se você me falar em uma escola pública que tem essa disciplina, parabéns, pois é uma exceção. Então, não adianta existir um arcabouço legislativo que não é cumprido. Esse ano, a gente passou pela revisão da Lei de Cotas. Houve

uma alteração que estende a validade da lei. E isso, para nós, é muito importante, porque a Lei de Cotas tinha uma previsão de que, após 10 anos, passaria por uma revisão com a finalidade de determinar se continuaria vigente ou não. A legislação que existe, evidentemente, pode ser melhorada. Em 2020, se eu não estiver enganada, houve uma comissão de juristas negros que fez uma revisão das normas em relação à questão racial. E produziu um relatório. Então, é importante olhar para esse documento também. Mas eu acho que, mais eficaz do que uma reforma, deve ser o cumprimento do que já existe. A reforma tem que se dar também nas interpretações jurisprudenciais em relação aos crimes de racismo, de injúria racial. Qualquer política pública, qualquer projeto de nação que não tenha uma perspectiva central na raça e no gênero tende, na sua efetividade, a não promover a igualdade.





**Banco de
Talentos**
OAB Pernambuco

**Procurando uma vaga de emprego?
Procurando preencher uma vaga no
seu escritório de advocacia?**

A OAB-PE te ajuda!



Conheça o **Banco de Talentos**, plataforma desenvolvida pela própria instituição, que constrói uma ponte entre as advogadas e os advogados autônomos e os escritórios. Com o Banco de Talentos, a OAB Pernambuco reafirma o seu compromisso com toda a advocacia, com a **empregabilidade** de cada advogada e advogado.

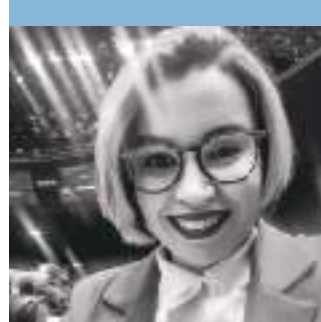
De um lado, há um cadastro com os profissionais que almejam uma posição no mercado; do outro, uma relação de vagas ofertadas por escritórios que buscam novos profissionais para os seus quadros. Todos que queiram participar, sejam os profissionais, sejam os escritórios, o farão de forma **absolutamente gratuita**.

NÃO PERCA TEMPO!

Para cadastrar **vagas** ou concorrer a uma **oportunidade**, entre no nosso site **www.oab.org.br** e acesse o nosso **Banco de Talentos**



artigos

**Anaís Araújo**

Advogada e presidente da Comissão de Defesa e Proteção dos Animais da OAB-PE

Direito Animal e sensibilidade humana

É necessário existir um Código de Bem-Estar Animal em nível nacional, para garantir uniformização e segurança jurídica para as decisões no Judiciário

“Os animais podem se comunicar muito bem. E eles o fazem. E, de um modo geral, eles são ignorados.” A frase de Alice Walker traz uma breve reflexão sobre os animais. Os animais se comunicam conosco pelo olhar, e nem sempre temos a sensibilidade de tentarmos entender o que eles querem nos dizer.

Falar sobre Direito Animal é buscarmos dentro de nossos corações e nossas almas o que há de mais sensível na nossa essência humana. Através do olhar, conseguimos desbravar o nosso lugar mais íntimo.

É importante existirem legislações específicas e políticas públicas no tocante ao Direito Animal. Nosso país está avançando gradativamente com a legislação, mas ainda há muito a ser modificado. É necessário existir um Código de Bem-Estar Animal em nível nacional, para garantir uniformização e segurança jurídica para as decisões no Judiciário.

Existe uma grande necessidade de preparar os operadores do Direito, desde os policiais aos magistrados. É perceptível na advocacia animalista a falta de conhecimento da grande maioria. Por isso, muitas vezes acabamos vivenciando situações em que falta sensibilidade, ao ponto de ainda existirem pessoas que identificam um animal como “coisa”.

Gostaria de convidar a todos os que qualificam um

Fotos: Divulgação



animal como “coisa” a simplesmente olharem as fotos desta página. Na primeira foto, é notório o olhar de ternura, de afeto, de amor da cadela Flor para a pessoa. Na segunda imagem vemos a Perdita, cadela de um morador de rua, que possui um olhar diferenciado para o seu dono, aquele que não tem nem o que comer, mas que faz questão de mantê-la aquecida e alimentada. Como ele mesmo me disse: “para mim pode faltar, para ela, não.”

Então, precisamos evoluir, e não apenas legislativamente. Ainda temos muito o que evoluir como pessoas. Existindo ao menos um pouco de humanidade dentro da nossa sociedade, automaticamente irá existir a sensibilidade para os animais, seres extremamente vulneráveis, que são incapazes de fazer o mal ao homem.

“Homem, o único animal na natureza que devemos realmente temer.” (DH Lawrence)



Ana Bernardo

Advogada e Conselheira Federal pela OAB-PE

A força feminina e seu empoderamento

O maior acesso à educação permitiu que as mulheres pudessem estudar e desenvolver competências essenciais para o mercado de trabalho

Empoderamento feminino é o nome dado a uma consciência coletiva na qual toda menina ou mulher toma para si o poder sobre suas características femininas e se posiciona diante das conquistas às quais almeja. Esse conceito surgiu por volta de 1970, nos Estados Unidos, com um movimento criado para incentivar a autovalorização das mulheres na busca por seus direitos de cidadania.

Diferentemente do que acontecia no passado, o maior acesso à educação permitiu que as mulheres pudessem estudar e desenvolver competências essenciais para o mercado de trabalho. Com isso, elas conseguem agregar uma vantagem competitiva, possibilitando uma concorrência mais justa entre homens e mulheres.

A força feminina na advocacia vem se apresentando cada vez maior, graças aos esforços das mulheres que trilham seu próprio caminho dentro da profissão. Não muito longe, em 2021, pela primeira vez, cinco seccionais da OAB elegeram mulheres para a presidência. Ainda é muito pouco, mas já demos o primeiro passo.

Temos uma história de desigualdade. A difícil peregrinação da mulher nas inúmeras civilizações tem

demonstrado uma história de desigualdade social. A experiência de mulheres que realizam seu trabalho cotidiano exclusivamente entre as quatro paredes domésticas - num desempenho humilde, oculto, repetitivo e, muitas vezes, não apreciado de modo suficiente - tem se alterado com as mudanças sociais e econômicas. E, aqui, dedico à mulher advogada, pelo seu grande empenho em reconstruir um novo tempo que seja notabilizado por grandes marcos históricos que se sucederam de atos de empoderamento praticados no passado.

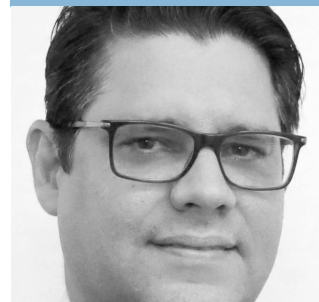
Ainda existe a necessidade de constante luta pela igualdade de participação nos mecanismos judiciais entre os dois gêneros. Ainda que as mulheres sofram muito com a discriminação de gênero e a luta esteja longe de acabar, em vez de focar os resultados negativos, vamos reconhecer os feitos positivos das mulheres líderes em negócios. Como lideranças corporativas ou empresariais, na política e na educação. Vamos celebrar essas mulheres. Celebrá-las pela coragem, pelo sucesso e pela liderança.

As mulheres são o futuro dos negócios. As evidências estão por toda parte. Em um ponto em que, hoje, é possível afirmar que as mulheres estão liderando uma revolução mundial, nem sempre silenciosa, e que irá gerar um impacto positivo para as suas famílias, seu futuro e sua satisfação pessoal.

Seja uma mulher sem limites!



artigos



Leonardo Carvalho

Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)

Atuação da Corregedoria-Regional

Ser um vetor para o atingimento da felicidade do Poder Judiciário e dos usuários parece ser o grande desafio na gestão da Corregedoria

Tendo iniciado a condução da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região, em abril de 2023, chega o momento de prestar contas à sociedade - e, em especial, à advocacia -, das principais iniciativas que foram empreendidas na gestão. Inicialmente, destaca-se o trabalho operado à frente da Ouvidoria da 5ª Região, por onde tramitaram, até meados de outubro, cerca de 1.018 expedientes. Desse total, a ampla maioria já teve seu andamento encerrado, sendo 512 pedidos de providência e 297 reclamações por excesso de prazo. Soma-se a isso a realização de três correições ordinárias em Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Várias medidas de racionalização foram empreendidas para dar maior agilidade aos processos de conciliação na 5ª Região. Iniciativas ligadas à Justiça Restaurativa passaram a ser estimuladas junto aos CEJUSC's, o que resultará em uma maior efetividade na resolução menos burocrática das demandas. Outra importante iniciativa foi a realização da *1ª Semana Regional da Conciliação*, com o objetivo de levar ações de cidadania e promover a utilização de mecanismos não litigiosos de resolução de conflitos, sobretudo em demandas relacionadas às camadas mais carentes.

Sob a coordenação da Corregedoria-Regional, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) passou a se reunir periodicamente com seus membros. Dentre as medidas mais relevantes fomentadas no período, destacam-se o equacionamento de pendências

relacionadas ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNPM) e a formulação de uma minuta sobre protocolos e fluxos em situações de tortura e maus-tratos, tal como requerido pela Resolução CNJ nº 414/21, recentemente aprovada pelo plenário do TRF 5. Também merecem destaque os avanços para a criação de um fórum regional, com a participação das juízas e dos juizes federais com competência criminal e execução penal.

Em atenção à Diretriz Estratégica de nº 6, da Corregedoria-Nacional de Justiça (CNJ), foi realizado o seminário *Litigância Predatória: Gestão e Prevenção do Aumento Indiscriminado de Demandas*, na cidade de Maceió (AL). Foi um dos primeiros no âmbito da Justiça Federal e, para além disso, conjuntamente com a Presidência do Tribunal, aprimorou os mecanismos de monitoramento para melhor detectar focos de litigância predatória. Ainda na área da conciliação, em parceria com outros gabinetes do TRF5, tem-se voltado para a elaboração de projetos destinados à resolução do grave conflito social que envolve os chamados "prédios caixões", envolvendo a moradia da população mais vulnerável em Pernambuco.

A atividade da Corregedoria, já de algum tempo, deixou de se limitar a uma visão estritamente sancionatória da conduta dos magistrados submetidos à sua autoridade. Antes, sua missão é orientar, prevenir e estimular a parceria com juízas e juizes da região, inclusive pensando de forma holística em aspectos outros, como a saúde. Ser um vetor para o atingimento da felicidade dos membros do Poder Judiciário, bem como dos seus usuários, parece ser o grande desafio na gestão da Corregedoria, o qual nos serviu de inspiração nesse primeiro ano e vai nos impulsionar nos anos seguintes.



Taciana Magalhães

Advogada e tesoureira-adjunta da OAB-PE

Da informatização dos processos judiciais

O processo eletrônico ganhou espaço na sociedade, uma vez que permite a tramitação das demandas judiciais de forma mais célere

Embora os processos judiciais já tenham começado a ser informatizados ao longo dos anos, é nítido que, após a pandemia ocasionada pela Covid-19, se tornou frequente a utilização da tecnologia para solucionar os litígios perante o Poder Judiciário. Os sistemas eletrônicos foram rapidamente incorporados pelos operadores da lei como forma de desburocratizar e acelerar o andamento dos processos, amenizando o abarrotado Sistema Judiciário brasileiro e provendo a segurança dos litígios, em razão do Princípio da Publicidade. O uso da tecnologia foi ferramenta crucial para que, durante a pandemia, os atores do Poder Judiciário continuassem exercendo sua função primordial: facilitar o acesso à Justiça aos cidadãos. Embora todos os fóruns e tribunais estivessem fechados, os operadores do Direito puderam continuar exercendo sua função e mantiveram o distanciamento social.

A realização de audiências por videoconferências, a rapidez da publicidade dos atos, a diminuição do uso indevido de papel, e a desnecessidade de deslocamento foram benefícios trazidos pela informatização que se mantiveram mesmo após o *lockdown*. O processo eletrônico ganhou espaço na sociedade, uma vez que permite a tramitação das demandas ju-

diciais de forma mais célere. Ainda assim, alguns pontos ainda precisam ser desenvolvidos, a exemplo da segurança do sistema, uma vez que são oferecidas informações pessoais das partes envolvidas.

Além disso, o alto custo da informatização dos processos nos traz atualmente a um status híbrido, pois ainda existem milhares de processos físicos, que muitas vezes ficam esquecidos em detrimento dos que já foram digitalizados. Também deve ser considerada a dificuldade de assimilação do uso da tecnologia por parte da população, que muitas vezes prefere o atendimento presencial e o processo físico para acreditar que seu direito está sendo perseguido, além da necessidade de adaptação do sistema para os deficientes físicos ou auditivos.

Por fim, o uso de diferentes sistemas pelos tribunais pátrios ante a ausência de criação de um sistema único, bem como a dificuldade de leitura dos programas inviabilizada por servidor ou gerenciador, também dificulta o pleno uso da tecnologia como um alicerce do Poder Judiciário. Embora haja dificuldades quanto ao uso do sistema, tais desvantagens são passíveis de resolução, uma vez que se mostram irróricas diante dos inúmeros benefícios trazidos pelo uso da tecnologia.

Sendo esta tecnologia um caminho sem volta, investimentos precisam ser realizados para que o processo eletrônico se torne cada vez mais célere e seguro, porém é inegável que a sistematização judicial vem sendo adotada de forma crescente e tem se desenvolvido a cada dia no Poder Judiciário brasileiro.

Pela

Ordem

Memórias, histórias e legado da **OAB-PE**

A coragem da Advocacia. A força de Pernambuco. A essência da Justiça.

Aberto de segunda a sexta-feira das 9h às 18h. NÃO é necessário fazer **agendamento!**





MEMORIAL DA
ADVOCACIA
FERNANDO COELHO



PERNAMBUCO

Fotos: Divulgação



Inclusão de novos conselheiro e conselheiras

O Conselho Pleno da OAB Pernambuco tem novos conselheiros e conselheiras. Emanuelle Ferreira Rocha Shinozaki, Ana Paula Moraes Canto de Lima e Patrícia Barbosa, que eram suplentes, se tornaram titulares. Já Danielle Cristina de Lacerda Farias, Denyse Cely Mendes da Silva, Frederico Cal Muinhos, Maria Carvalho, Mônica Resende e Sebastião Dantas se tornaram conselheiros suplentes.

Foto: Carol Moura



FAMÍLIA

Pedidos ao TJPE

O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, e a presidente da Comissão de Direito de Família (CDF), Virgínia Neves Baptista, levaram ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) uma série de demandas que pedem melhorias nas Varas de Família do Recife. O encontro tratou, entre outros pontos, da escassez de recursos humanos no Judiciário.



Divulgação

SUBSECCIONAIS I

Diretoria assume em Gravatá

O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, nomeou a diretoria da recém-criada Subseção Gravata. No evento, realizado no Fórum de Gravata, foram empossados o presidente, Luciano Félix, a vice, Rúbia Marinho, a secretária-geral, Carolina Paiva, o secretário-geral adjunto, Luis Victor Campos, e o tesoureiro, Anderson Ferreira. Profissionais de Gravata, Chã Grande e Pombos prestigiaram o evento.

SUBSECCIONAIS II

Dez comissões empossadas

A vice-presidente da OAB Pernambuco, Ingrid Zarella, deu posse às diretorias das dez comissões da Subseccional São Lourenço da Mata e Camaragibe. A solenidade ocorreu na Câmara Municipal de Camaragibe. "Todos nós sabemos da importância de ter uma subseccional na região. A advocacia precisa ter um ponto de acolhimento. Agora, estaremos ainda mais próximos da advocacia da região", ressaltou Ingrid.

CONQUISTA I

Advocacia com menos burocracia

A partir de agora, será dispensada a autenticação de cópia e o reconhecimento de firma em documentos exigidos pela administração pública do Estado de Pernambuco. Esta é mais uma vitória da advocacia pernambucana. O protocolo foi garantido pela Lei 8.377, que dispõe sobre a autenticação de documentos juntados por advogados e advogadas e sobre a impugnação de autenticidade.

CONQUISTA II

Processos mais agilizados

Com a lei, fica autorizado que advogados e advogadas possam autenticar documentos fotocopiados ou digitalizados, sob sua responsabilidade, declarando que estes conferem com os originais. Este procedimento simplificado representa uma redução significativa da burocracia, agilizando processos administrativos diversos.

IMOBILIÁRIO

Cobrança revogada

Atendendo a um requerimento da OAB-PE, por meio das Comissões de Direito Imobiliário (CDI) da Seccional Pernambuco e da Subseccional Olinda, o Tribunal de Justiça de Pernambuco apresentou um projeto de lei que resultou na publicação da Lei nº 18.304, de 27 de setembro de 2023. Essa legislação, em seu artigo 15º, revogou a cobrança de custas processuais pela lavratura do Auto de Arrematação nos leilões judiciais do TJPE. A CDI da OAB-PE é presidida por Erika Lócio. A de Olinda, por Celina Pessoa.



Sucesso do I Encontro da Advocacia Criminal de Pernambuco já gerou a demanda para uma segunda edição

Direito Penal

Advocacia criminal em debate do Cais ao Sertão

Encontro no Recife e simpósio em Serra Talhada reúnem os principais nomes da área no estado e promovem atualização e troca de experiências

O Mês da Advocacia foi também o mês em que o Direito Penal esteve em destaque em Pernambuco, com a realização de dois importantes eventos, que reuniram grandes nomes da ad-

vocacia criminal de Pernambuco e do Brasil. Foram promovidos debates necessários, que geraram o compartilhamento de experiências, a atualização dos profissionais e o *networking*. Os encontros

aconteceram na capital e no interior, fazendo o conhecimento circular por todo o estado.

Nos dias 17 e 18 de agosto, o prédio-sede da OAB-PE sediou o I Encontro da Advocacia Cri-

iminal de Pernambuco, com notáveis da área e a realização de debates voltados às matérias e situações típicas da atuação dos profissionais da área. Provas do processo penal, operações policiais



Simpósio de Direito Penal do Sertão proporcionou atualização para profissionais de toda a região

e crimes financeiros, o direito de defesa e o exercício da advocacia criminal, o Tribunal do Júri e o *habeas corpus*, além do *Caso Serrambi*, foram alguns dos temas discutidos. O evento teve inscrições esgotadas em poucos dias e lotou o auditório da Casa da Cidadania.

“Nós tivemos que colocar cadeiras extras no auditório para comportar todos que queriam participar. O evento foi um sucesso e teve bastante relevância, pois debateu temas importantes e trouxe uma congregação muito grande entre advogados mais experientes e jovens advogados, com painelistas e público de todo o estado e até de fora de Pernambuco”, comentou o diretor-tesou-

reiro da OAB-PE, Carlos Barros, que também é coordenador do Sistema Estadual de Prerrogativas. Ele esteve à frente da coordenação do evento, ao lado do presidente da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (CDAP), Yuri Herculano,

Encontro reuniu profissionais de várias regiões e gerações

do presidente da Comissão de Direito Penal (CDP), José Luiz Galvão, e do vice-presidente da CDP, César Sales.

O sucesso e a grande repercussão do evento comprovam o crescimento do interesse na área

da advocacia criminal. Houve uma grande procura por parte dos jovens advogados e advogadas, que desejam ingressar na área, e da sociedade em geral, que busca conhecimento para entender com mais clareza os diversos casos de grande repercussão que aconteceram nas últimas décadas.

“Hoje, o que mais tem na capa do jornal é Justiça Criminal. Desde o Mensalão, a Lava Jato, agora com esses inquéritos das *fake news* e outros mais. Todo dia tem uma questão de matéria criminal em destaque. A partir daí, gera-se um maior interesse da sociedade acerca de uma série de problemáticas envolvendo as mais diversas questões, como

garantias fundamentais, preservação do Estado Democrático de Direito e recrudescimento da Justiça Criminal. Hoje em dia, tem muita gente se interessando pela área”, observou Carlos Barros.

Outro ponto relevante e que reforça a necessidade de encontros como os que aconteceram no Mês da Advocacia é o fato de que a área criminal é uma das que mais sofrem com o desrespeito às prerrogativas. “É um momento pioneiro. Esse encontro é um marco no constante trabalho de fortalecimento da advocacia pernambucana e, aqui em especial, dos criminalistas, que são dos que mais sofrem violações de suas prerrogativas”, destacou Barros.



O presidente da Seccional Pernambuco, Fernando Ribeiro Lins, esteve presente ao evento, participando da abertura dos trabalhos. Ele apontou para a continuidade do *Encontro* como parte da agenda de eventos da OAB-PE. “Esse é um evento ímpar realizado pela OAB-PE. A nossa ideia é manter anualmente a realização desta programação para fortalecer cada vez mais a advocacia em Pernambuco. É por meio da realização de cursos e eventos como este que visamos aprimorar ainda mais o exercício da nossa profissão”, pontuou Lins.

Com uma vasta programação, o *I Encontro da Advocacia Criminal de Pernambuco* contou com

Diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros coordenou o I Encontro de Advocacia Criminal



Todo dia tem uma questão de matéria criminal em destaque. Hoje tem muito mais gente se interessando pela área”

Carlos Barros, diretor-tesoureiro da OAB-PE

renomados nomes da área, como o advogado criminalista Gustavo Badaró. Professor titular de Direito Processual Penal da USP, ele é considerado um “doutrinador” do Direito Penal, por conta das muitas publicações utilizadas na formação dos advogados. Janaína Matta, professora de Direito Processual Penal e assessora do ministro Rogério Schietti Cruz, no STJ, e João Paulo Martinelli, advogado e professor do IBMEC-SP e da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), foram dois outros nomes de peso no evento.

SERRA TALHADA

Realizado na Faculdade de Integração do Sertão, com coordenação geral da Subseccional Serra Talhada e coordenação científica da Comissão de Direito Penal da subseção, o *I Simpósio de Direito Penal do Sertão* reuniu diversos palestrantes de Pernambuco e de estados vizinhos, como o procurador-adjunto de Prerrogativas da OAB Nacional, Jorge Wellington. Ele abordou as especificidades do Tribunal do Júri. Já o diretor-tesoureiro da OAB-PE e coordenador do Sistema Estadual de Prerrogativas, Carlos Bar-

ros, destacou o papel da defesa no Direito Penal. Também participaram Rosmar Rodrigues Alencar, juiz federal e doutor em Direito Penal, Ademar Rigueira Neto, ex-presidente da OAB-PE, Yuri Herculano, presidente da CDAP, Diana Câmara, presidente da Comissão de Relações Institucionais da OAB-PE, e Luana Guarino, diretora da CAAPE.

Foi um encontro realmente regional, voltado à toda advocacia do Sertão de Pernambuco, que contou com a participação de advogados e advogadas de várias cidades, como Afogados da Ingazeira, Salgueiro, Triunfo, Custódia, Flores, Floresta, Petrolândia, Araripina e Petrolina. Mais uma ação que representa a integração que a OAB-PE e as subseccionais vêm promovendo, levando conhecimento de ponta para todas as regiões do estado. “Eventos como esse são essenciais para a atualização contínua dos advogados e advogadas. Reforçamos sempre a importância de que todos se mantenham em constante aprendizado”, pontuou o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins.

Durante todo o dia 31 de agosto, discussões



Divulgação

importantes sobre a advocacia criminal foram levadas a profissionais e estudantes do Direito. “Foi uma grande oportunidade para os profissionais da região passarem por uma atualização sem precisarem se deslocar para os grandes centros. Fizemos o evento com ‘pratas da casa’ e do Sertão de Pernambuco. Foi uma forma de dividir o momento, de compartilhar o conhecimento”, afirmou o presidente da OAB Serra Talhada, Allan Pereira. Ele também atuou como mediador, ao lado da presidente da Comissão de Direito Penal da subseccional, Martha Guaraná, do promotor de Justiça de Serra Talhada, Vinícius Araújo, da juíza do TJPE Ana Carolina Santana, do delegado da Polícia Civil de Pernambuco Cley Anderson Ro-

Auditório da Faculdade de Integração do Sertão ficou cheio para painéis sobre temas atuais

“*Fizemos o evento com ‘pratas da casa’ e do Sertão de PE. Foi uma forma de dividir o momento, de compartilhar o conhecimento”*

Allan Pereira, presidente da OAB Serra Talhada

drigues e do diretor-tesoureiro da Subseccional Garanhuns, Carlos Eduardo Barros.

Um dos painelistas do *I Simpósio de Direito Penal do Sertão* foi o advogado criminalista Raulison Ferraz, que tem forte atuação no interior do estado. “Que evento espetacular, mostrando a importância de se trazer grandes operadores do Direito aqui para Serra Talhada. Um evento no qual se misturou a questão prática aos conhecimentos, e ainda se destacou a cultura local. Só cabe parabenizar a OAB-PE, parabenizar a todos os organizadores. Muito conhecimento foi transmitido aqui”, observou. O sucesso do evento surpreendeu positivamente os organizadores. “Estamos muito felizes. Não imaginávamos que o

evento seria tão grandioso, não imaginávamos o sucesso que o evento iria ser. Agradeço ao apoio de todos os membros da Comissão de Direito Penal de Serra Talhada por terem embarcado nessa junto conosco”, destacou Eduarda Leopoldo, da Comissão de Direito Penal da Subseção Serra Talhada.

O simpósio contou ainda com a presença da vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella, e da conselheira federal Adriana Caribé, além de presidentes de diversas subseções, como Darlysson Torres (Salgueiro), Luiz Antônio Lopes (Petrôlandia), Marcílio Rubens (Petrópolis), Sílvia Vasconcellos (Palmares), Jayr Hilário (Araripina), Giorgio Gonzalez (Garanhuns) e Hugo Calazans (São Lourenço da Mata).



Diretoria da CDCM e presidente Fernando Ribeiro Lins receberam Eduardo Suplicy, deputado estadual por SP

Cannabis medicinal

Na luta contra o preconceito e a desinformação

Comissão estadual quer garantir direitos dos pacientes que fazem uso do canabidiol e pede legalização do cultivo

“Era um mundo totalmente obscuro, onde nós estávamos buscando uma chance de vida para meu pai. Ele teve o câncer dele curado. Câncer de próstata, com metástase óssea, no fígado, diagnóstico de Parkinson, Alzheimer. E ele teve essa oportunidade de tratamento com o canabidiol. O câncer saiu do estágio 4 e está em um estágio de remissão.” O depoimento do advogado Sérgio Urt é sobre a experiência vi-

vida com o tratamento do pai. Mas é semelhante aos de muitos outros familiares de pacientes que se trataram com o composto químico encontrado na *cannabis sativa*, nome científico da planta popularmente conhecida no Brasil como maconha.

Por se tratar de uma planta que no Brasil, e em muitos outros países, é considerada uma droga ilegal, a *cannabis* ainda enfrenta uma série de dificuldades - e muito pre-

conceito - para ser aceita como uma possibilidade de uso medicinal. Mesmo que o canabidiol, ou CBD, nada tenha a ver com a substância que provoca efeitos na consciência e atividade mental, o tetrahidrocanabinol, ou THC. É justamente para lutar pela desmistificação do canabidiol, levando mais informação sobre a substância ao meio jurídico, que Sérgio Urt e outros advogados, como Maria Luíza Cabral

e Robson Evangelista, solicitaram a abertura da Comissão de Direito da Cannabis Medicinal (CDCM) na OAB-PE.

“Eu, Malu e Robson somos integrantes da Comissão e cada um tem um paciente em casa. A gente entende a mecânica da dificuldade, o custo, onde encontrar, a dificuldade de ter um médico para prescrever o canabidiol. A partir dessa necessidade individual de cada um é que surgiu a



Um grande público compareceu à OAB-PE para se inteirar sobre esse assunto carregado de polêmicas

ideia da Comissão. A virada de chave foi esse acolhimento que Fernando proporcionou, que foi de extrema importância. Ele teve essa sacada de enxergar a necessidade desse debate dentro da OAB. Ele teve empatia para nos acolher. Senão ficaríamos amarrados no conservadorismo”, relata Urt, atual presidente da CDCM.

Apesar de recente, tendo sido oficializada em agosto de 2022, o trabalho da Comissão já tem rendido importantes frutos. Em novembro, foi realizado o *I Simpósio de Cannabis Medicinal e Direito*, lotando as dependências da OAB-PE. Na ocasião também foi lançada a cartilha *Cannabis Medicinal e Direito*, produzida pelos integrantes da CDCM. “A cartilha está muito bem montada. Tem um aspecto informativo muito bem pensado. Foi um trabalho de excelência. Nós não copiamos. Estudamos algumas cartilhas no Brasil e leis no exterior, e compilamos as informações”, afirma Sérgio Urt.

Enquanto comissão, a CDCM é um grupo de estudo que hoje é formado por 16 membros advogados e oito colaboradores, entre cientistas, farmacêuticos, médicos e qui-

micos. O objetivo é levar informação à advocacia e à sociedade. Apesar de não contar com um trabalho de atendimento direto ao cidadão, os integrantes sonham alto para alcançar conquistas que se tornarão benefícios para todos aqueles que desejam realizar o tratamento com a *cannabis* medicinal. “Nosso objetivo é fazer de Pernambuco o primeiro estado a legalizar o cultivo através de um decreto governamental. Estamos fazendo um trabalho muito sério com a Promotoria de Saúde e a Promotoria Criminal do Ministério Público. A partir desse avanço, vamos para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, para sensibilizar os juízes e desembargadores”, garante o presidente da CDCM.

A luta para ter a *cannabis* medicinal liberada é árdua e envolve muito preconceito. Afinal, trata-se de uma planta que, desde os anos 1970, é classificada pela ONU como um opióide e está no mesmo grupo de drogas como a cocaína. “A

gente começou acanhado. É um assunto muito complicado. Hoje, a gente já não conversa mais sobre isso ao pé do ouvido. Ainda assim, decidimos usar o nome *cannabis* por uma questão de aceitação da sociedade e da própria OAB. Se a gente fosse usar o nome maconha, teria uma barreira muito maior para saltar”, explica Sérgio Urt.

É esse preconceito que faz com que o canabidiol, que tem apresentado efeitos positivos no tratamento de tantas pessoas, não se transforme em uma substância democrática, com acesso a mais e mais pessoas, inclusive das camadas sociais mais baixas. Hoje em dia, para ter acesso ao tratamento, é necessário contratar um advogado. A partir daí, busca-se a autorização de um médico que prescreva a medicação, que possui um preço de mercado acima da média dos remédios convencionais. “Enquanto não avançar na democratização, com centros de produção em escala

industrial legalizados, com o amparo das universidades e do Poder Público, a gente não vai sair dessa bolha”, afirma Urt.

EVENTO

Foi pensando nessa perspectiva de apresentar à sociedade os trabalhos e estudos que a Comissão tem feito que foi promovido o *I Simpósio de Cannabis Medicinal e Direito*. Foram realizados os painéis *Avanços e perspectivas em tratamento com cannabis medicinal*, *Associativismo cannabico*, e *Caminhos de acesso ao tratamento à cannabis medicinal*, este último com a participação de Eduardo Suplicy, ex-senador e atual deputado estadual por São Paulo. Na plateia, além de advogados e advogadas, havia autoridades das áreas do Direito, da Saúde e da Política, além da sociedade civil. “Precisamos, cada vez mais, discutir esse assunto que já é uma realidade em diversos países e levar o tema ao conhecimento de todos. Após este simpósio, redigiremos um relatório para que seja enviado ao Conselho Federal da OAB, com o objetivo de expandir o assunto para todo o Brasil”, garantiu Fernando Ribeiro Lins.

Fotos: Vivian Ramos/OAB-PE



Durante o mês de agosto, OAB-PE realiza uma série de ações importantes para a valorização e reconhecimento dos advogados e advogadas do estado

Mês do advogado

Entregas e homenagens à advocacia pernambucana

Em comemoração à criação dos primeiros cursos de Direito no país, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco promoveu, em agosto, uma série de

atividades. Foram muitas ações que reforçaram a valorização da profissão, ampliando as condições de trabalho em todo o estado, além de iniciativas de reconhecimento a

profissionais que se transformaram em referência para a classe.

A programação teve início no dia 7 de agosto, em sessão histórica do Conselho Pleno, que



Inaugurações dos Coworkings de Jaboatão, Belo Jardim e Palmares ampliam oferta de serviços no estado

aprovou o *Plano de Valorização da Advogada Pernambucana*, fruto do compromisso da atual gestão da OAB com a mulher advogada. “Esse é um compromisso que assumimos com toda a advocacia pernambucana, de promover, cada vez mais, ações de reconhecimento e valorização do papel das nossas advogadas. As mulheres já são maioria na advocacia do nosso estado. Nada mais natural que ocupem mais espaços de poder, tanto no mercado quanto na nossa instituição”, argumentou o presidente da Seccional, Fernando Ribeiro Lins.

Vice-presidente da

OAB-PE, Ingrid Zanella acrescentou que a política de igualdade assumida pela Ordem nos últimos anos é reflexo das conquistas que as mulheres, a duras penas, têm obtido na sociedade como um todo. “Ainda há muitas lutas que devemos travar, muitas conquistas que merecemos e ainda não chegaram, mas é um processo natural e sem volta. A mulher está cada vez mais inserida em um lugar de destaque na advocacia. É certo que ainda precisamos ocupar espaços que historicamente são reservados aos homens, mas estamos vencendo todas as barreiras que permanecem erguidas. O *Plano de*

Valorização da Advogada Pernambucana é mais uma vitória que merece ser celebrada”, observou Ingrid.

O evento também contou com a presença de várias outras mulheres que são liderança e referência em suas áreas, como a vice-prefeita do Recife, Isabella de Roldão, que também é advogada; a secretária-geral adjunta da OAB-PE, Manoela Alves; a presidente da CAAPE, Anne Cabral; a conselheira estadual e presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PE, Isabella Lessa; a prefeita de Camaragibe, Nadegi Queiroz; a presidente da OAB Jaboatão

dos Guararapes, Ana Firmino; e as conselheiras federais por Pernambuco Adriana Caribé e Ana Bernardo.

NOVA SEDE

Dando continuidade à agenda comemorativa do Mês do Advogado, no dia 8 de agosto, Fernando Ribeiro Lins e Ingrid Zanella estiveram no Cabo de Santo Agostinho, visitando as obras da nova sede da subseccional. Eles foram acompanhados do secretário-geral da OAB-PE, Ivo Amaral Jr, e do diretor-tesoureiro, Carlos Barros. A comitiva foi recepcionada pela presidente da OAB local, Tereza Lyra.

“Uma sede para a OAB Cabo de Santo Agostinho não é apenas um passo administrativo ou estrutural, mas um marco fundamental para a advocacia da região”, destacou Fernando Ribeiro Lins. Após a vistoria das obras da subseccional, a advocacia da região se reuniu no lançamento do *Canal de Prerrogativas* do Cabo de Santo Agostinho. O coordenador do Sistema Estadual de Prerrogativas e diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros, fez a entrega oficial do *Canal* para a presidente da Comissão de Prerrogativas da subseccional, Conceição Gontijo.

COWORKINGS

Ainda na programação do Mês do Advogado, a OAB-PE inaugurou espaços colaborativos em cidades do interior e da Região Metropolitana. No dia 16, foram entregues o *Coworking* José Hamilton Lins, em Palmares, na Mata Sul, e o *Coworking* de Belo Jardim, no Agreste. No dia 23, foi entregue o *Coworking* Myrthes Gomes de Campos, em Jaboatão dos Guararapes.

Presente em todas as

inaugurações, Fernando Ribeiro Lins, junto com sua diretoria, ressaltou o compromisso de oferecer serviços de qualidade para os advogados e advogadas do estado, tanto na capital quanto no interior. “Cada nova conquista é mais um passo na direção certa, alinhado com o compromisso de interiorização das ações”, disse o presidente da OAB-PE.

MEDALHA

Ainda no dia 23 de agosto, a OAB-PE realizou a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Joaquim Amazonas para os advogados e advogadas que, em 2023, completaram 50 anos de exercício da profissão sem nenhuma infração ético-profissional durante toda a carreira. Realizada no

auditório da sede da Seccional, a solenidade foi conduzida por Fernando Ribeiro Lins. “A Medalha Joaquim Amazonas foi entregue, este ano, a 47 colegas. É muito mais que um símbolo. É o testemunho do tempo, do esforço e da dedicação à uma profissão que é a espinha dorsal de qualquer democracia. Parabéns a todos os homenageados e a todas as homenageadas. Viva a advocacia pernambucana!”, comemorou o presidente da OAB-PE.

Ingrid Zanella compartilhou o sentimento de felicidade por participar da cerimônia. “Todos nós, no exercício diário da nossa profissão, precisamos de inspiração, motivação e bons exemplos”, afirmou a vice-pre-

sidente da OAB-PE. A Medalha do Mérito Joaquim Amazonas foi criada em 1985, durante a gestão do então presidente Fernando Coelho.

NOMEAÇÃO

A OAB-PE deu mais um importante passo na busca por uma advocacia ainda mais fortalecida e ações descentralizadas. No dia 23 de agosto, a diretoria da OAB-PE nomeou oficialmente a diretoria de sua nova subseção, a de São Lourenço da Mata e Camaragibe. “É com imensa alegria que a OAB-PE dá as boas-vindas aos novos membros que vão liderar a OAB São Lourenço da Mata e Camaragibe. Estamos empenhados em trazer a advocacia cada vez mais perto da nossa institui-





ção”, destacou Fernando Ribeiro Lins. Ingrid Zarella enfatizou o trabalho contínuo da Ordem em proporcionar à advocacia do interior condições equiparáveis às da capital. “A OAB-PE segue fortalecida e fortalecendo toda a advocacia”, pontuou.

A diretoria da subseccional é composta pelo presidente, Hugo Calazans; o vice-presidente, Hugo Barros; a secretária-geral, Amanda Freitas; a secretária-geral adjunta, Joelma Barreto, e o diretor-tesoureiro, José Nunes Costa. Também marcaram presença na nomeação Anne Cabral e Max Maciel, respectivamente, presidente e vice-presidente da CAAPE.

SALA EM PAULISTA

Ainda no Mês do Advoga-

gado, no dia 25 de agosto, foi inaugurada a Sala João Bosco Cabral Travassos, no Fórum Cível de Paulista. A estrutura recebeu mobiliário novo, pintura e readequação elétrica, com o objetivo de disponibilizar mais conforto para as advogadas e os advogados da região. O espaço também conta com seis computadores, impressoras, *scanner* e internet wi-fi. “A Sala da Advocacia é um equipamento fundamental para o dia a dia dos advogados e das advogadas. Ter um espaço como este, no Fórum de Paulista, possibilita melhores condições de trabalho para o colega que irá exercer, de forma digna, essa importante atividade que é a advocacia”, afirmou o secretário-geral da OAB-PE, Ivo Amaral Jr.

Medalha é concedida aos advogados com mais de 50 anos de exercício e nenhuma infração ético-profissional

Medalha do Mérito Joaquim Amazonas

HOMENAGEADOS EM 2023

- Ademar Viana Filho
- Aida Maria Moraes Maciel Carneiro Leão
- Alcine Lopes
- Anna Rosa Temporal Ferreira
- Carlos Roberto De Siqueira Castro
- Aristides José Cavalcanti Batista
- Benjamin Martins Lopes
- Divaldo Pereira de Lyra
- Djair de Sousa Farias
- Duval Rodrigues da Silva
- Elisio dos Santos Gomes
- Eurides Mauricio da Silva
- Evio Barros
- Fenelon Ferreira Castelo Branco Netto
- Fernando Gomes de Melo
- Francisco de Assis Queiroz
- Francisco Monteiro da Rocha
- Gilda Lucia de Oliveira Neves da Silva
- Gileno de Souza Leao Filho
- Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho
- Heleno Ventura Torres
- Ivaldo Olimpio de Lima
- Joaquim Tavares Santos
- José Abneas Bezerra
- José Carlos Robalinho
- de Barros
- José Claudio Pessoa Oliveira
- José de Aguiar Machado
- José Paulo Cavalcanti Xavier
- Josinaldo Maria da Costa
- Leticia Guedes Coelho
- Lourivaltida Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
- Luiz Carlos Sturzenegger
- Luiz Eduardo Carvalheira de Mendonça
- Magno Nunes Costa
- Margarida Miranda Almeida Duarte
- Maria das Dores Nogueira Cruz
- Maria Leonor Guedes
- Alcoforado de Godoy Acioly
- Marinaldo Jose Peixoto
- Mário Neves Baptista Filho
- Marluce Elias Salomão de Freitas
- Normanda de Abreu Galvão
- Norma Liza Gerjoy Paulo Americo Passos Brito
- Raimundo Gomes De Barros
- Raul Pereira da Cunha Neto
- Roberto de Brito Albuquerque Veiga
- Roseo Leite Cartaxo



Colégio

Encontro em prol da advocacia

Presidentes das
subseccionais
da OAB-PE
debateram
temas de
interesse
comum de todas
as regiões

Com a presença de todos os presidentes das 28 subseccionais pernambucanas, o 4º Colégio de Presidentes do triênio 2022/2024 deu mais uma mostra de força, coesão e unidade em prol do debate pelo fortalecimento da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco e da própria advocacia do estado. Durante o encontro, foram debatidos temas de interesse comum de todas as regiões, com destaque para as ações de interiorização que estão sendo colocadas em prática pela atual gestão.

O evento ocorreu no

prédio-sede da Casa da Cidadania, no Recife, em 9 de novembro. Na condução dos trabalhos esteve o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, que abriu a programação ressaltando o clima de comunhão de esforços por parte dos integrantes do colegiado, na busca de soluções para problemas comuns a todas as subseccionais. "Temos realidades muito parecidas e desafios comuns. O Colégio serviu para alinharmos esforços e buscarmos soluções em conjunto", destacou. "O intuito da nossa gestão é

aproximar, cada vez mais, a OAB estadual das advogadas e dos advogados de Pernambuco", complementou Lins.

Para a vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella, em encontros como este, a instituição segue cumprindo com o compromisso de valorizar a advocacia. "A reunião com as 28 subseccionais promove o debate de temas que envolvem toda a nossa advocacia, com a missão de sempre valorizar e aproximar os colegas advogados e advogadas, do Cais ao Sertão", afirmou. Ao fazer uso da palavra, o se-



Fotos: Yacy Ribeiro/ OAB- PE



Representantes das subseccionais destacaram as ações de interiorização que estão sendo colocadas em prática pela atual gestão da OAB-PE

cretário-geral da OAB-PE, Ivo Amaral Jr, destacou os muitos avanços alcançados na atual gestão. “Estamos entregando todos os nossos compromissos de gestão e isso se deve à persistência de Fernando Ribeiro Lins, contando com o auxílio de toda a diretoria nessa jornada.”

Já a secretária-geral adjunta da OAB-PE, Manuela Alves, enfatizou no encontro um dos muitos serviços e benefícios disponibilizados pela gestão. “Gostaria de destacar aqui a potência que é o *Banco de Talentos* da OAB Pernambuco. Este projeto é grandioso e conta com a dedicação de todos nós”, observou. “Nos reunimos com o propósito de ouvir os presidentes e discutir questões caras à advocacia de todo o estado. Isso para que possamos pensar no presente, planejar

o futuro e fazer muitas entregas, além de promover a defesa robusta de prerrogativas para os colegas de todas as subseccionais”, ressaltou o diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros, que também é coordenador do Sistema Estadual de Prerrogativas.

INTERIORIZAÇÃO

A ampliação de serviços para atender a advocacia de todo o estado, como compromisso de gestão, fez parte da maioria dos discursos. “Quando debatemos com todos os presidentes, conseguimos entender melhor quais são as demandas, benefícios e serviços que precisamos entregar para aperfeiçoar o atendimento da advocacia”, frisou a presidente da CAAPE, Anne Cabral. “A minha principal missão é aproximar o Conselho Federal das subseccionais e

da advocacia interiorana”, disse o conselheiro federal e presidente da Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB Nacional, Bruno Baptista.

Já a conselheira federal Adriana Caribé destacou que o *Colégio de Presidentes* é um excelente momento “não só para discutir as demandas atuais da advocacia, mas também para planejar eventos futuros”. O conselheiro federal e presidente da Escola Superior da Advocacia (ESA) Nacional, Ronnie Duarte, aproveitou o evento para fazer um anúncio. “Gostaria de informar que nós passaremos a certificar as nossas pós-graduações em todo o Sistema OAB. Esse grande salto virá em benefício de toda a advocacia nacional”, comemorou.

CARTA

Além da escuta ativa das demandas da advocacia, o encontro foi marcado, ainda, pela troca de experiências entre os presidentes das subseccionais da Região Metropolitana do Recife, da Mata Norte, da Mata Sul, do Agreste e do Sertão de Pernambuco.

Ao final do 4º *Colégio de Presidentes* do triênio 2022/2024 foi elaborada a *Carta do Recife*, reunindo todas as deliberações amplamente discutidas e aprovadas. Dentre elas, está a interiorização das ações da CAAPE e da ESA-PE, proporcionando encontros com seus representantes (delegados) nas subseccionais, além da disponibilização da cartilha elucidativa sobre os procedimentos da Comissão de Prerrogativas.



Foto: Vivian Ramos/OAB-PE

Local do novo espaço
de trabalho foi
escolhido a partir de
enquete com advocacia
pernambucana

Coworking

OAB-PE inaugura novo padrão de serviço para a advocacia

Espaço em Boa Viagem conta com 100 estações de trabalho, salas de audiência, reunião e conferência, além de estruturas da ESA-PE e CAAPE

Com foco na valorização da advocacia pernambucana, a atual gestão da OAB Pernambuco continua promovendo importantes iniciativas direcionadas à classe. No começo de novembro, mais um compromisso assumido com a advocacia do estado foi cumprido com a inauguração, no bairro de Boa Viagem, no Recife, do *Coworking* Professor Octávio Lôbo. Composto por 100 estações de trabalho, o novo espaço da advocacia pernambucana dispõe de salas de audiência, de reunião e de conferência, além de uma área compartilhada de trabalho e estruturas da Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE) e da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE).

“Esse é um espaço que tem todas as condições de acolher a advocacia pernambucana como ela realmente merece. Nós estávamos encontrando dificuldade para receber os colegas advogados e as colegas advogadas em nossa sede e precisávamos de um novo *coworking*. Essa entrega representa a possibilidade de

descentralizar a oferta de nossos serviços e aproximar, cada vez mais, a OAB-PE de toda a advocacia, onde quer que ela esteja”, ressaltou o presidente da entidade, Fernando Ribeiro Lins.

O espaço foi batizado em homenagem ao legado de Octávio Lôbo, ex-presidente da Seccional Pernambuco, que faleceu em 2020, em decorrência da Covid-19. A viúva do homenageado, a também advogada Eleonora Maria Lira Lôbo, esteve presente à solenidade de inauguração do *Coworking*. Para Fernando Ribeiro Lins, a homenagem ao ex-presidente é uma questão de justiça a um profissional que dedicou tantos anos à instituição. “Tive a satisfação de ter Octávio Lôbo como amigo diário, como professor e conselheiro federal. Ele sempre foi uma pessoa extremamente atenciosa e aberta com toda a advocacia. Não poderia ser diferente. O *Coworking* está muito bem representado com o nome do nosso querido ex-presidente.”

Bastante prestigiada pela advocacia, por personalidades do mundo jurídico e autoridades, a

cerimônia foi marcada pela emoção. “Em nome de mais de 1,3 milhão de advogadas e advogados deste país, gostaria de fazer um cumprimento de agradecimento à Dona Eleonora, que hoje representa a história de Octávio Lôbo”, destacou o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti. “Este espaço é fruto das anuidades dos advogados e resultado da boa governança da atual gestão da OAB-PE”, complementou.

“Isso aqui foi pensado nos mínimos detalhes. Porque é muito mais que uma promessa, é muito mais que um compromisso. Hoje, a conquista é nossa. É da advocacia pernambucana e eu sou só gratidão e emoção”, afirmou a vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella.

HOMENAGEADO

Advogado e professor da Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Octávio Lôbo presidiu a OAB-PE de 1º de fevereiro de 1977 a 31 de janeiro de 1979, durante um dos períodos mais duros da vida política e



Essa entrega representa a possibilidade de descentralizar a oferta de nossos serviços e aproximar, cada vez mais, a OAB-PE de toda a advocacia”

Fernando Ribeiro Lins,
presidente da OAB-PE

institucional brasileira, o regime militar. “Estou muito agradecida à OAB Pernambuco, na pessoa do presidente Fernando Ribeiro Lins. Agradeço em nome de todos os filhos, enteados, netos, bisnetos e toda a família. Muito obrigada”, destacou Eleonora Lôbo.

A inauguração do *Coworking* Professor Octávio Lôbo marca um novo capítulo para a história da advocacia pernambucana. A iniciativa pioneira ressalta o compromisso do presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, e sua gestão em valorizar e apoiar a classe nas mais diversas demandas individuais e coletivas. Com este propósito, a criação de ambientes colaborativos voltados para a advocacia pernambucana tem sido tendência em todo o estado.

Além do impacto direto na prática diária da advocacia, o espaço serve como um forte indicativo do papel visionário da OAB-PE na reestruturação do ambiente de trabalho. Vale destacar que, para ser concluída e entregue, a obra contou também com apoio da OAB Nacional. “Em uma época em que a flexibilidade e a adaptabilidade são fundamentais, a Seccional Pernambuco se posiciona na vanguarda, oferecendo aos seus advogados e advogadas recursos que atendem a essas exigências. A iniciativa não apenas sublinha o compromisso da Ordem com o bem-estar e o desenvolvimento de seus membros, mas também estabelece um novo



Foto: Vivian Ramos/OAB-PE

Novo espaço colaborativo coloca PE na vanguarda

padrão para as facilidades oferecidas pelas seccionais da OAB em todo o Brasil”, destacou o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, durante a inauguração do espaço.

Parceiros na criação do *Coworking* e também no dia a dia da operação, já que contarão com áreas para suas instituições, os presidentes da ESA-PE e da CAAPE vêm no novo espaço uma possibilidade de ampliar o atendimento aos profissionais pernambucanos. “A partir da estrutura do *coworking*, vamos manter um contato ainda mais próximo com o advogado e a advogada do estado, oferecendo nossa ampla grade de eventos e cursos”, destacou o diretor-geral da ESA-PE,

Leonardo Moreira. Braço assistencial da OAB-PE, a CAAPE também irá disponibilizar sua estrutura de serviços. “No *Coworking* Professor Octávio Lôbo, vamos oferecer à advocacia pernambucana todos os benefícios, ações e programas da Caixa”, disse a presidente da CAAPE, Anne Cabral.

Climatizado e mobiliado, o espaço possibilita que os advogados e as advogadas possam desenvolver o exercício da profissão de forma adequada e sem custo. Toda estrutura está disponível, de forma gratuita, para os profissionais da advocacia devidamente em dia com a Ordem.

Na cerimônia de inauguração do *Coworking* Professor Octávio Lôbo,

no dia 8 de novembro, Fernando Ribeiro Lins ressaltou a importância do novo espaço como um recurso essencial, especialmente para aqueles que estão começando suas carreiras, proporcionando um local adequado para atender clientes, sem custo, além de estimular o *networking*.

Localizado na Avenida Domingos Ferreira, Nº 1195, o *Coworking* se destaca por oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento profissional, enfatizando a tendência de espaços colaborativos e o compromisso da OAB-PE com a advocacia local. Para agendar o uso do espaço, basta acessar o site oabpe.org.br e clicar no banner do *coworking*.

Para presidente do Conselho Federal, Beto Simonetti, *coworking* é sinal de boa governança

Climatizado e mobiliado, espaço atende advocacia de forma gratuita



Foto: Daniela Nader/ Capibaribe Conteúdo

Um dos destaques do recém-inaugurado *Coworking* Professor Octávio Lôbo é a disponibilização de endereço fiscal para os advogados. O serviço proporciona uma solução prática e segura para profissionais que necessitam estabelecer um domicílio fiscal sem os custos e compromissos associados ao aluguel de um espaço físico exclusivo. Com o endereço fiscal situado no espaço, os advogados e as advogadas podem usufruir de maior credibilidade e visibilidade profissional, sem comprometer a privacidade de seus dados pessoais ou residenciais.

“A implementação do endereço fiscal no *coworking* reflete uma compreensão aguçada da OAB-PE sobre as demandas contemporâneas do mercado jurídico”, destacou Fernando Ribeiro Lins. Ao possibilitar que

Atendendo demandas contemporâneas

correspondências oficiais, contratos, notas fiscais e boletos sejam associados a um local de prestígio, a Ordem não apenas eleva o patamar de seus serviços, mas também reforça a imagem de seus associados no cenário empresarial. A mobilidade é outra vantagem significativa, pois advogados que operam *online* ou de maneira remota poderão administrar suas obrigações fiscais com eficácia, sem a necessidade de estarem fisicamente presentes para receber as documentações.

O *Coworking* Professor Octávio Lôbo, além de suas funcionalidades práticas, é visto pela liderança da OAB-PE como uma promessa de renovação

e colaboração entre os profissionais do Direito. Fernando Ribeiro Lins pontuou que a entrega do espaço é o reflexo de uma gestão comprometida não só com a oferta de serviços, mas também com o fortalecimento do senso de comunidade entre os advogados.

“Este espaço é um verdadeiro divisor de águas na forma como a advocacia pernambucana pode se desenvolver profissionalmente”, afirmou a vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanellela, destacando o caráter inovador do projeto. O secretário-geral da instituição, Ivo Amaral Jr, reforçou que “a inauguração deste *coworking* é apenas o começo de uma série de iniciativas que

planejamos para fortalecer ainda mais nossa comunidade jurídica”. Já o diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros, asseverou: “Estamos estabelecendo um novo patamar de valor agregado aos serviços oferecidos aos nossos advogados, e o endereço fiscal é um exemplo claro dessa nossa visão estratégica e da Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE)”.

SERVIÇO

Coworking Professor Octávio Lôbo

Endereço: Av. Domingos Ferreira, Nº 1195, Boa Viagem, Recife

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

Trabalho da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB Pernambuco vai muito além dos necessários desagravos, garantindo apoio à advocacia durante a defesa e mesmo após término do processo judicial

Com a implantação do Sistema Estadual de Prerrogativas, a CDAP amplia a cobertura do atendimento aos profissionais vítimas de violações, mesmo com o aumento da demanda



Prerrogativas

Mais estrutura e capilaridade para atender a todo o estado

Um ano intenso, marcado pela instalação do Sistema Estadual de Prerrogativas, com a integração e a capacitação

de defensores das prerrogativas em todo o estado, e com o consequente aumento da procura de advogadas e advogados

que sofrem algum tipo de cerceamento de seu livre exercício profissional. Assim foi 2023 para a Comissão de Defesa,



Foto: Vivian Ramos/OAB-PE

Assistência e Prerrogativas (CDAP) da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco. Um ano de muito trabalho, no qual a instituição reforçou a defesa da categoria, proporcionando uma melhor infraestrutura e mais capilaridade para o atendimento à advocacia em todo o estado.

“Não havia uma uniformização no interior em relação aos plantões, nem em relação aos procedimentos. Fizemos encontros e formações para que fosse criado um

plantão uniforme, capaz de atender à advocacia em qualquer canto do estado. Hoje, toda subseção atua em regime de plantão, todos receberam um telefone celular. E, agora, há um sistema no qual quem entra em nosso *site* sabe o contato de todas as subseccionais. Eu posso garantir, com muita tranquilidade, que, hoje, nenhum advogado que vem bater na porta da CDAP fica sem resposta. Ele pode até, de alguma forma, não ficar satisfeito. Algumas vezes, a reclamação não se trata efetivamente de uma violação de prerrogativas. Mas não há ausência de resposta”, garante o presidente da CDAP, Yuri Herculano.

A partir da implantação do Sistema Estadual de Prerrogativas, coordenado pelo diretor-tesoureiro da OAB-PE, Carlos Barros, foi estabelecida a realização de encontros semestrais, com representantes das Comissões de Prerrogativas de cada subseccional. O último encontro aconteceu em agosto, quando foi realizado um curso de formação para defensores de prerrogativas, com um procurador nacional e integrantes da Escola de Minas Gerais. “O principal impacto do Sistema de Prerrogativas é sobre o espírito do próprio advogado, inclusive os de nossa região. Ao saber estar amparado por uma estrutura com diversas ferramentas, o advogado pode exercer o seu papel de maneira independente, ativa e sem subordinação”, comenta Rodolfo Henrique Fernandes, da subseccional de Arcoverde, que participou do encontro de agosto.

O aspecto educativo, que se iniciou com a formação de integrantes das Comissões de Prerrogativas das subseccionais, é algo que deve ser expandido ao longo de

2024, com a realização de cursos *online* e nas próprias subseccionais, com o objetivo de formar novos defensores de prerrogativas. “Defesa de prerrogativas é um tema forte, porque todo dia acontece algum tipo de violação. Além disso, muitos advogados desconhecem o que são e quais são suas prerrogativas. Alguns acham, por exemplo, que a demora na tramitação de um processo é violação de prerrogativa, quando não é. Isso é uma coisa diferente. É a morosidade do Poder Judiciário, que é uma questão diversa que atinge a classe, mas não é afeito à CDAP. E a OAB-PE possui a Comissão Especial Pró-Agilização para cuidar do assunto”, explica Yuri Herculano.

Toda vez que um profissional da advocacia sentir que teve alguma de suas prerrogativas violadas, ele deve procurar a CDAP. No site oabpe.org.br há uma área específica para as prerrogativas. Nela é possível acessar os telefones do plantão 24 horas da capital e de todas as subseccionais. Se o caso não se enquadra como de resolução imediata, o advogado ou advogada pode acessar o *Prerrogativa Atende* e registrar sua manifestação, onde há espaço para



Desagravo é ato de solidariedade, por parte da advocacia, a colegas que tiveram prerrogativas violadas

relatar o ocorrido. A partir daí, cada representação será examinada pela Comissão, para que seja avaliado se ela se caracteriza como violação de prerrogativa.

Caso ocorra a violação, a CDAP define de qual maneira pode atuar para ajudar esse profissional. Pode ser aberta uma representação na Corregedoria do órgão onde ele teve as prerrogativas violadas. Também é possível apresentar uma notícia-crime ao Ministério Público, por conta da conduta do magistrado ou do agente público envolvido no episódio. A CDAP pode, ainda, atuar como assistente da defesa. Enfim, são várias as medidas cabíveis a fim de garantir um suporte ao advogado.

Pode até ser a realização de um desagravo público, que é encaminhado ao Pleno da OAB-PE para votação.

“O desagravo é um ato de solidariedade ao advogado. Todo advogado fica extremamente satisfeito, porque sente a solidariedade da instituição e de outros colegas no ato de apoio contra a violação de prerrogativa que ele sofreu. É um ato de retomada da dignidade profissional. Mas não é só o desagravo. Temos uma série de outras ações, como representação corporativa, notícia-crime por abuso de autoridade, por exemplo”, explica o presidente da CDAP.

Uma das profissionais apoiadas pela OAB-PE com um ato de desagravo

foi Isadora Pires Belo. Ela teve suas prerrogativas violadas por um delegado de Polícia no contexto de um cumprimento de busca e apreensão em seu local de trabalho, realizado sem a presença de um representante da OAB. Ela aprova o acolhimento proporcionado pela instituição, através do trabalho da equipe da Comissão de Defesa e Apoio às Prerrogativas. “Apesar da infelicidade de ter as prerrogativas violadas, é bom saber que, se depender da nossa Comissão, em Pernambuco não há espaço para quem viola prerrogativas. Eu sou a prova viva disso. A união dos colegas e o engajamento da Comissão foram essenciais para tornar o ato violador uma

ilegalidade aos olhos da Justiça. A advocacia pernambucana encontra-se muito bem representada”, atesta Isadora.

Outro profissional atendido pela CDAP, Vinícius Sampaio destaca a amplitude do suporte dado pelos integrantes da Comissão. Segundo o advogado, foi demonstrada firmeza desde o primeiro momento, com o acompanhamento jurídico durante todo o processo, e indo até mesmo além, com uma preocupação até mesmo quanto à condição emocional dele e do sócio envolvido no episódio de violação de prerrogativas.

“Foi bom desde o início, a partir do momento em que noticiamos, não formalmente, mas ver-

Fotos: Vivian Ramos/OAB-PE

balmente, a violação de prerrogativas. Nós sempre tivemos a dimensão de que a OAB é muito firme com relação às questões das violações de prerrogativas. Mas houve, de certa forma, uma surpresa positiva, porque foi além do que esperávamos. Meu sócio chegou até mesmo a receber uma ligação perguntando se desejava apoio psicológico. Não é só uma atuação firme na violação de prerrogativas, mas um suporte que vai além disso”, esclarece Vinícius.

Para os integrantes da equipe da CDAP, fica o sentimento de que os profissionais da advocacia, pouco a pouco, começam a perceber a importância do combate à violação de prerrogativas e a entender, também, que o suporte que eles recebem por parte da OAB-PE pode se tornar efetivo na busca pelos seus direitos. “A advocacia tem aprovado a Comissão, o que pode ser percebido pela quantidade de demandas que temos recebido. Como a divulgação das vitórias tem sido grande, aumentou demais a demanda da CDAP. Felizmente, agora também temos uma equipe maior para poder realizar os atendimentos”, afirma Diego Galvão, coordenador da Comissão.



CADASTRO

Uma das novidades colocadas em prática pela atual gestão da CDAP foi a efetivação do *Sistema de Violadores de Prerrogativas*. Todo agente público que tiver constatada a prática de um ato que viola as prerrogativas de um profissional da advocacia pernambucana será cadastrado no *Sistema*. Geralmente, são pessoas com formação em Direito e que, se decidirem passar a advogar, serão impedidas de tirar a carteira da OAB. O *Sistema de Violadores de Prerrogativas* foi criado em 2018, mas foi na atual gestão que foi efetivado e passou a ser alimentado, já tendo cadastrado seis pessoas como violadoras.

Curso formou novos defensores de prerrogativas



Eu posso falar, com muita tranquilidade, que, hoje, nenhum advogado que vem bater na porta da CDAP fica sem resposta”

Yuri Herculano,
presidente da CDAP

Atuação da CDAP em números

Processos/representações distribuídos em 2022/2023

409

Atendimentos de plantão

276

Acompanhamento de processos judiciais

114

Acompanhamento em delegacias

48

Assistências

35

Habeas corpus

06

Mandado de segurança

08

Audiências

28

Medidas correcionais

09

Reuniões institucionais

43

Desagravos realizados

04

Novos desagravos já aprovados na CDAP

07

// matéria de capa



A jornada da OAB-PE rumo ao
empoderamento na advocacia

Negritude em

Foto: Yacy Ribeiro/ OAB- PE



Aprovação do *Plano Estadual de Valorização da Advocacia Negra* é mais um dos compromissos em busca da equidade racial na instituição e na profissão

Em meio às contínuas lutas por justiça social e equidade racial, a advocacia negra no Brasil surge como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. Em Pernambuco, a OAB-PE tem sido uma força motriz nessa jornada, adotando medidas inovadoras e inclusivas para promover e valorizar as advogadas e os advogados negros. Esta iniciativa não é apenas uma resposta às demandas de representatividade no campo jurídico, mas também um reconhecimento do papel vital que estes profissionais desempenham na luta contra as desigualdades raciais. A instituição tem, portanto, assumido uma posição de liderança, trabalhando para garantir que a diversidade e a competência dos advogados negros sejam reconhecidas e celebradas, moldando, assim, um futuro onde a Justiça é verdadeiramente acessível a todos.

Em um momento histórico e simbólico, durante as celebrações do Mês da Consciência Negra de 2023, o Conselho Pleno da OAB Pernambuco, liderado pelo presidente Fernando Ribeiro Lins, realizou um encontro decisivo. Na sessão foi aprovado, por unani-

foco

midade, o *Plano Estadual de Valorização da Advocacia Negra*. O documento, fruto de uma proposta elaborada pela Comissão de Igualdade Racial da Ordem, encontrou voz e forma através do trabalho coletivo dos profissionais envolvidos no processo. “É um marco em nossos compromissos de gestão, estabelecendo ações de valorização equânimes para advogadas e advogados negros. A OAB é a Casa da Cidadania. Reafirmamos, aqui, nosso repúdio a qualquer forma de discriminação ou segregação”, destaca Fernando Ribeiro Lins.

Central para o *Plano Estadual de Valorização da Advocacia Negra* da OAB Pernambuco, e fundamental para a Comissão de Igualdade Racial, está a meta de conscientizar e assegurar uma participação equitativa das advogadas e advogados negros nas instâncias decisórias da Seccional. O *Plano* estabelece diretrizes para promover a equidade racial, incentivando ativamente a inclusão de pessoas negras nos espaços institucionais. Além disso, uma parte significativa do documento se concentra no combate à violência racial. Isto inclui o estímulo e a intermediação junto ao Poder Público para obter assistência às vítimas



Lançamento do *Plano Estadual*, na sede da OAB-PE, foi bastante prestigiado

de discriminação racial, em colaboração com as redes de apoio já estabelecidas no estado, tanto dentro quanto fora do Sistema OAB.

“A OAB Pernambuco está no caminho certo, defendendo o exercício da advocacia e aprimorando nossas políticas para garantir a participação equânime de todos”, afirma Manoela Alves, secretária-geral adjunta da Ordem no estado. “O Sistema OAB, incluindo CAAPE e ESA, está empenhado em assegurar que a advocacia negra se fortaleça cada vez mais em Pernambuco, consolidando o compromisso da instituição com a equidade e a representatividade na advocacia”, explica.

Presidente da Comissão de Igualdade Racial

da OAB Pernambuco e conselheira seccional, Débora Gonçalves aponta que o *Plano Estadual de Valorização da Advocacia Negra* serve como um modelo para outras instituições, demonstrando como políticas inclusivas podem ser efetivamente integradas em ambientes profissionais. “O *Plano* simboliza um compromisso com a equidade, oferecendo um caminho para que advogados negros tenham suas vozes amplificadas e suas competências reconhecidas. Ao combater ativamente o racismo e promover a inclusão, a OAB Pernambuco está liderando um movimento de mudança, criando um ambiente jurídico mais representativo e diversificado, o que é essencial para uma so-

cidade verdadeiramente democrática e justa”, celebra Débora.

VANGUARDISMO

A iniciativa não é isolada. Ela se soma a uma série de esforços contínuos da atual gestão da OAB-PE em promover a igualdade racial. Um exemplo marcante foi a aprovação, em abril de 2022, da adequação das diretrizes sobre paridade de gênero e cota racial nas eleições diretas para listas sêxtuplas para desembargadores nos Tribunais locais, uma medida do Quinto Constitucional. Proposta pela diretoria da OAB Pernambuco, a regra estabelece novos parâmetros para as eleições. Agora, as listas sêxtuplas devem incluir três vagas para advogadas e três para advogados,



Casa da Cidadania se fortalece como um local de promoção da igualdade

garantindo representatividade racial ao reservar uma vaga para candidatos negros em cada gênero, caso estes não estejam entre os mais votados. A decisão visa não apenas a paridade de gênero, mas também a representatividade racial, baseando-se em autodeclarações raciais verificadas por uma banca de heteroidentificação.

Manoela Alves destaca o vanguardismo da advocacia negra pernambucana. “Um debate necessário, feito de forma democrática. Não há avanço sem representatividade. Estamos, juntas e juntos, fazendo história”, diz Manoela, que foi a primeira conselheira negra da OAB-PE e presidiu a Comissão de Igualdade Racial.

Para garantir a continuidade dos avanços, a advocacia negra estabeleceu uma estrutura de trabalho orientada por eixos temáticos, com o objetivo de abranger diferentes aspectos da luta contra o racismo. O primeiro desses eixos, focado na advocacia, tem sido fundamental na implementação de políticas progressistas e ações afirmativas.

Outra iniciativa significativa é o projeto de acolhimento de advogadas e advogados em casos de racismo, desenvolvido pela Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE). O projeto oferece suporte e orientação jurídica a advogados que sofram discriminação racial, assegurando que tenham acesso aos recursos e ao apoio

necessários. Além disso, a Comissão de Igualdade Racial da OAB-PE tem fortalecido sua rede de colaboração em nível nacional com o Núcleo Nordeste das comissões, expandindo seu alcance e influência.

Ainda dentro desse eixo, o Comitê de Diversidade da OAB-PE reforça a dedicação da Ordem à promoção de um ambiente mais inclusivo e representativo. A formação do Comitê não apenas destaca a importância da diversidade na advocacia, mas também serve como um fórum para a troca de ideias e o desenvolvimento de novas estratégias para combater o racismo no setor. E, ainda, há um empenho em garantir a inserção de mais pessoas negras nos

espaços de poder da Ordem.

O segundo eixo de atuação, dedicado à articulação política, desempenha um papel vital na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Um dos seus aspectos mais dinâmicos é a participação ativa da Comissão de Igualdade Racial da OAB Pernambuco em manifestações. Esta presença não apenas assegura assistência legal aos participantes, mas também reforça o compromisso da instituição com as causas sociais e a defesa dos direitos civis. Em paralelo, a OAB é parceira de projetos sociais focados no enfrentamento ao racismo, contribuindo com sua expertise jurídica e recursos para fortalecer essas iniciativas.

A articulação com a rede de acolhimento da população negra é outra frente importante deste eixo. A OAB Pernambuco, por meio da Comissão de Igualdade Racial, trabalha em cooperação com diversas ONGs, incluindo a Abayomi Juristas Negras, e com o Sistema de Justiça. Essa rede abrangente inclui, também, parcerias com as defensorias estaduais e federais, garantindo um suporte jurídico mais amplo e eficaz.

Além disso, a partici-

pação da OAB Pernambuco em eventos relacionados à igualdade racial e ao combate ao racismo é uma parte integral deste eixo. Por meio desses eventos, a instituição não só se mantém atualizada sobre as questões e desafios enfrentados pela população negra, mas também oferece sua voz e apoio na formulação de políticas públicas mais inclusivas e justas

EDUCAÇÃO

O terceiro eixo estratégico, focado na educação, reflete um esforço concentrado para promover a consciência e o conhecimento sobre a igualdade racial no âmbito acadêmico. São parcerias e iniciativas que enfatizam a importância da educação como ferramenta de transformação social e combate ao racismo. Entre elas, estão as que foram estabelecidas com diversas instituições de ensino superior públicas e privadas. Essas colaborações possibilitam a realização de programas educativos conjuntos, a troca de conhecimentos e a promoção de iniciativas focadas na igualdade racial dentro do ambiente acadêmico.

A OAB Pernambuco também atua ativamente em comitês de igualdade

racial nas instituições de ensino superior, contribuindo para a formulação de políticas e diretrizes que promovam um ambiente mais inclusivo e representativo. Esta participação nos comitês permite à OAB influenciar positivamente a agenda educacional em relação às questões raciais. Outra iniciativa de destaque é a organização de ciclos de debates em instituições de ensino particulares. Estes debates são fundamentais para fomentar discussões construtivas sobre racismo, diversidade e inclusão, engajando alunos e professores numa reflexão crítica sobre estes temas.

A OAB Pernambuco também se envolve diretamente com oficinas escolares, promovendo a Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura

Participação em eventos garante aumento da visibilidade à equidade racial



A OAB-PE está no caminho certo, defendendo o exercício da advocacia e aprimorando nossas políticas"

Manoela Alves,
secretária-geral adjunta da OAB-PE

afro-brasileira e africana nas escolas. Estas oficinas são essenciais para educar as novas gerações sobre a rica herança cultural afro-brasileira e a importância do respeito à diversidade. E, com o *Projeto Enegrecer*, uma

iniciativa emblemática da OAB Pernambuco, a Ordem concentra esforços para preparar advogadas e advogados negros para a carreira acadêmica, apoiando e orientando candidatos que queiram ingressar em mestrados e doutorados.

O quarto e último eixo de trabalho está focado no empoderamento político, um testemunho do compromisso da instituição em promover a conscientização e a representatividade racial nas esferas política e social. Um dos pilares deste eixo são as palestras e eventos com temática racial organizados pela OAB Pernambuco, que não apenas celebram datas importantes na luta contra o racismo, mas também servem para enegrecer o espaço físico da Ordem.

Outra frente importante neste eixo é a par-



Secretária-geral adjunta, Manoela Alves foi uma das presentes no ato nacional



Luta agora é pela aprovação de *Plano Nacional*

ticipação ativa em atos de desagravo. A OAB Pernambuco se posiciona firmemente contra injustiças e discriminações raciais, oferecendo suporte e solidariedade às vítimas de tais atos, reafirmando o seu papel como defensora dos direitos e dignidade humanos.

A criação e a articulação deste movimento é um marco na história da OAB Pernambuco. Representa um espaço de empoderamento, união e ação coletiva para advogadas e advogados negros. Ele oferece uma estrutura para que estes profissionais possam se expressar, trocar experiências e trabalhar juntos na promoção de mudanças positivas, tanto dentro da instituição quanto na sociedade.

Integrantes da advocacia negra e indígena de todo o Brasil entregaram aos dirigentes do Conselho Federal da OAB uma carta que pede a aprovação do *Plano Nacional da Advocacia Negra*. Eles estiveram reunidos durante a 24ª Conferência Nacional da Advocacia, em Belo Horizonte (MG). A secretária-geral adjunta da OAB-PE, Manoela Alves, esteve no ato de entrega do documento, que marcou as celebrações do Mês da Consciência Negra. O requerimento é assinado por representantes da Comissão de Igualdade Racial e da Comissão Sobre a Escravidão Negra de todas as seccionais do país, entre elas, as presidentes das respectivas comissões na OAB-PE, Débora Gonçalves

e Chiara Ramos.

“Nunca foi fácil. Se fosse, não haveria luta. Somos todos iguais perante a lei. A nossa diretoria vai tratar desse pleito com todo respeito e dignidade que a causa merece”, ressaltou o presidente nacional da Ordem, Beto Simonetti. “O *Plano* traz disposições importantes para que a advocacia negra seja valorizada em âmbito nacional. Com certeza, é um instrumento fundamental para a efetivação da equidade racial na advocacia”, disse Manoela Alves. “Aguardamos que o *Plano* entre em pauta e seja aprovado, para que possamos comemorar este que, sem dúvida, será um marco histórico para a advocacia brasileira”, destacou.

O documento também pede a realização trienal da *Conferência Nacional da Advocacia Negra*, a regulamentação em âmbito nacional das cotas raciais nas listas sêxtuplas para os Tribunais, além da elaboração e aprovação do *Plano Nacional da Advocacia Indígena*.

O ato simbólico de entrega coletiva das demandas aconteceu com a participação dos diretores da CAAPE, Diogo Ramos e Patrícia Oliveira; do diretor de eventos da ESA-PE, Bruno Paiva; além dos presidentes de comissões temáticas da Igualdade Racial, Débora Gonçalves, da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, Sérgio Pessoa, e Especial da Verdade Sobre a Escravidão Negra, Chiara Ramos.



Encontro
realizado
reuniu grandes
nomes da área

Trabalhista

Congresso celebra 80 anos da CLT

Evento contou
com juristas de
renome
nacional e foi
muito
prestigiado pela
advocacia
estadual

A Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE) foi palco, entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro, do *IV Congresso Trabalhista de Pernambuco*. Promovido através da parceria entre OAB-PE, ESA-PE e Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco (AATP), o evento deste ano celebrou os 80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a nova era do Direito do Trabalho.

Na cerimônia de abertura, o presidente da OAB Pernambuco, Fernando Ribeiro Lins, ressaltou a essência da advocacia trabalhista e a relevância do encontro. “Em um estado tão diverso e dinâmico

quanto Pernambuco, a existência de uma associação específica para a advocacia trabalhista se torna não apenas relevante, mas indispensável. E a realização de congressos, a exemplo deste, complementa esse propósito. A AATP, como a OAB-PE, atua como uma guardiã dos padrões éticos da profissão”, afirmou. “Em tempos de rápidas transformações, é imprescindível que nossa advocacia esteja preparada, informada e atuante”, complementou.

A presidente da AATP, Alexandra Vilela, destacou a importância de reunir em um encontro nomes de destaques do Direito do Trabalho. “É significativo

contarmos com a presença de nomes tão importantes no cenário nacional, abordando temas contemporâneos e atuais”, disse. Já a presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-PE, Sílvia Nogueira, ressaltou que, pelo quarto ano consecutivo, a advocacia trabalhista, através da AATP, e com o apoio da OAB-PE, ESA e CAAPE, realiza o congresso. “O auditório da ESMAPE está sendo palco deste grandioso evento, que traz temas que estão na ordem do dia para serem estudados e refletidos. Juristas que são referências nacionais vieram trazer brilho com palestras incríveis. Dois dias de auditório lotado”,

comemorou.

O ex-presidente da OAB-PE e atual conselheiro federal e presidente da Comissão Nacional de Direito Previdenciário, Bruno Baptista, representou o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, na mesa de abertura do evento. Também estiveram presentes Leonardo Moreira, diretor-geral da ESA-PE, Max Maciel, vice-presidente da CAAPE, a desembargadora Nise Pedroso Lins, presidente do TRT da 6ª Região, Sérgio Torres Teixeira, desembargador do TRT6, e Bernadete Laú Kurtz, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT).



Professora Cláudia Marques Lima tem vasta contribuição na área do Direito do Consumidor

**Segunda edição
do Congresso
Pernambucano
presta
homenagem
à professora
Cláudia
Marques Lima**

Encontro

Direito do Consumidor respeitado e promovido

No ano em que a sociedade celebra os 33 anos de avanços gerados pela promulgação do Código de Defesa do Consumidor, a OAB-PE e a ESA-PE realizaram, com grande sucesso, a segunda edição do *Congresso Pernambucano de Direito do Consumidor*. O evento aconteceu entre 20 e 22 de setembro, debatendo temas atuais do setor, tanto para a prática da advocacia quanto para o dia a dia do consumidor.

O *Congresso* deste ano prestou uma justa homenagem à professora Cláudia Marques Lima, reconhecida por sua vasta contribuição na área. A escolha da homenageada destaca o papel funda-

mental que a educação e a pesquisa têm para o avanço dessa área do Direito. O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, reforçou a importância do evento para a advocacia. "É imperativo que, enquanto profissionais do Direito, estejamos na vanguarda dessas discussões. Assim podemos garantir que o Direito do Consumidor seja respeitado e promovido, especialmente em um cenário de avanços tecnológicos e mudanças na ordem econômica", destacou.

Além da palestra de abertura, realizada por vídeo pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, o

Congresso contou com painéis sobre temas urgentes. Dois deles foram *Contratos de Planos de Saúde - Novas Regulamentações na Saúde Suplementar e Política Nacional, Proteção do Consumidor e Associações de Defesa do Consumidor*.

O evento foi organizado pela Comissão de Direito do Consumidor (CDC) da OAB-PE. "É uma honra para nós realizar esse evento e reunir tantos nomes de destaque da área. Quem participou do *Congresso* teve a oportunidade de acessar uma extensa programação, com reuniões e momentos de interação com colegas da área", afirmou o presidente da CDC, Joaquim Guerra.

A repercussão do *II Congresso Pernambucano de Direito do Consumidor* chegou à Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde o deputado estadual João Paulo Costa garantiu a aprovação junto aos demais parlamentares de um voto de aplauso para o evento. Fernando Ribeiro Lins recebeu com muito carinho a honraria da Alepe. "É com satisfação que recebo este reconhecimento do trabalho que nossa instituição vem prestando também à sociedade pernambucana. Vamos continuar trabalhando e promovendo encontros com o alto nível que é característico dos eventos da OAB-PE", celebrou.



Maioria no quantitativo de profissionais em Pernambuco, advocacia feminina ainda carece de maior valorização

OAB-PE reforça
compromisso
com a
implantação de
políticas que
promovam a
valorização das
advogadas e dos
profissionais
com deficiência

Novos planos

Busca pela equidade na advocacia

Demonstrando que um dos focos prioritários da atual gestão da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco é a valorização da advocacia do nosso estado, o Conselho Pleno da instituição aprovou, por unanimidade, dois projetos cheios de significado e relevância. A OAB-PE ago-

ra conta com o *Plano de Valorização da Advogada Pernambucana* e com o *Plano Estadual de Valorização das Advogadas e Advogados com Deficiência*, que garantem passos importantes tanto para os profissionais quanto para aqueles que dependem dos serviços dos advogados e advogadas pernambucanos.

Em uma sessão bastante concorrida e que fez parte da celebração do Mês da Advocacia, o Conselho Pleno foi palco de uma conquista histórica para aquelas que, hoje, são maioria na advocacia pernambucana, mas que ainda sofrem com uma remuneração média mais

baixa que a dos homens e com menores oportunidades de assumirem postos de comando na profissão. O *Plano de Valorização da Advogada Pernambucana* é, justamente, um marco significativo no compromisso contínuo da OAB-PE de promover a equidade de gênero e garantir que as profissionais do Direito tenham um ambiente propício para desenvolverem todo o seu potencial. A iniciativa busca reconhecer e fortalecer o papel essencial das advogadas no cenário jurídico e social, além de incentivar o protagonismo feminino na advocacia.

"A OAB-PE tem demonstrado, ao longo dessa gestão, cada vez mais sensibilidade à pauta de gênero, mostrando ser um tema extremamente relevante, que precisa ser debatido e colocado como uma das nossas prioridades", afirmou o presidente da Seccional Pernambuco, Fernando Ribeiro Lins. "A OAB-PE já serve de exemplo também para outras seccionais", acrescentou. "Quando a gente valoriza a mulher advogada, a gente valoriza a advocacia como um todo, a democracia, os Direitos Humanos", ressaltou a vice-presidente da OAB no estado, Ingrid Zanella. "A Casa da Cidadania está

atenta à defesa da mulher advogada, esteja ela na Região Metropolitana ou no interior do estado", reforçou.

Advogada de formação, a vice-prefeita do Recife, Isabella de Roldão, esteve presente ao evento e chamou a atenção para a mudança no regimento da Ordem. "Acreditamos que, juntas, podemos somar esforços e avançar nessa pauta tão significativa e importante, que é a da representatividade e do papel da mulher em todos os espaços", destacou. Outras mulheres também compuseram a mesa, como a secretária-geral adjunta da OAB-PE, Manoela Alves, a presidente da CAAPE, Anne Cabral, a conselheira estadual e presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PE, Isabella Lessa, a prefeita de Camaragibe, Nadegi Queiroz, e a presidente da OAB Jaboatão dos Guararapes, Ana Firmino.

A sessão histórica que aprovou o *Plano de Valorização da Advogada Pernambucana* foi prestigiada ainda pelas conselheiras federais da OAB-PE Adriana Caribé e Ana Bernardo, pelo corregedor seccional Saulo Amazonas, pelo presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, Nelson Barbosa, além de presi-

Fotos: Divulgação



Plano produzido pela CDDPD busca fortalecimento, efetivação, eficácia e garantia da dignidade e dos Direitos Humanos da advocacia com deficiência

dentes de comissões e de presidentes de subseccionais da OAB-PE.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Outro marco histórico e inédito para a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco foi a aprovação, também por unanimidade, do *Plano Estadual de Valorização das Advogadas e Advogados com Deficiência*. "Quem conhece o tema sabe da importância para a sociedade pernambucana e brasileira. Não há outro caminho possível que não seja o de incluir todas as pessoas na vida da nossa instituição", argumentou Fernando Ribeiro Lins. "A aprovação do *Plano de Valorização* da OAB-PE representa uma vitória para a advocacia estadual, pois promove a equidade e o reconhecimento de direitos das advogadas e dos advogados com deficiência no exercício da profissão", reforçou Ingrid

Zanella.

Elaborada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDDPD), presidida pelo advogado João Maurício de Assis Rocha Filho, a iniciativa busca o fortalecimento, a efetivação, a eficácia e a garantia da dignidade e dos Direitos Humanos da advocacia pernambucana com deficiência. A relatora da proposta foi a conselheira estadual Marina Acioli Roma.

Dentre as principais medidas do *Plano* estão a garantia do exercício das prerrogativas das advogadas e advogados com deficiência, com as adaptações necessárias à acessibilidade arquitetônica, de informação e de comunicação, no território estadual, além da promoção de políticas inclusivas e diálogo com as instituições, visando humanizar as estruturas judiciais voltadas às pessoas com deficiência.

Memorial da Advocacia

Apontar para o futuro valorizando o passado

Primeira etapa do projeto traz linha do tempo com fatos marcantes, quadro com comendas e documentos históricos

A OAB-PE deu um passo importante para a criação de uma cultura de valorização da memória da entidade e da advocacia pernambucana com o lançamento do Memorial da Advocacia Fernando Coelho, que passa a ocupar um espaço no térreo do edifício-sede. Um projeto que teve início na gestão do presidente Bruno Baptista e que, inaugurado em agosto, durante o Mês da Advocacia, se propõe a ser muito mais que um espaço expositivo. O Memorial quer servir como um *link* entre o passado e o futuro, reverenciando a história como forma de gerar reflexões sobre o presente e o futuro da profissão.

A ideia é mostrar não

apenas a história da OAB Pernambuco, mas como a advocacia pernambucana conversa com a história do próprio Direito no Brasil e no estado, além de sua importância na construção da sociedade pernambucana. “O Memorial é um espaço para a gente olhar para o futuro. E, para a gente apontar para o futuro, tem que olhar para os feitos alcançados pela OAB ao longo da história, reafirmando os valores que foram construídos nesses pouco mais de 90 anos”, enfatiza o presidente da Ordem no estado, Fernando Ribeiro Lins. Tendo sido o responsável pela reforma do prédio-sede, quando era secretário-adjunto da instituição, ele alimen-

tou a ideia de transformar parte do local em um espaço de valorização da memória da OAB-PE e da advocacia desde que assumiu a presidência da entidade.

O Memorial da Advocacia será implementado em etapas. A primeira delas é composta por uma exposição que conta, através de uma linha do tempo, a história da instituição, do Direito no Brasil, e os desdobramentos dessa história nos episódios que marcaram Pernambuco e o país. Além disso, também fazem parte do acervo um quadro com as principais comendas da OAB-PE, entre elas a Medalha Joaquim Amazonas, e um dos docu-



Espaço localizado no térreo do edifício-sede da OAB-PE imortaliza passagens da instituição e da advocacia

mentos históricos da instituição: a ata da inauguração, datada de 1932.

Entre os fatos marcantes que aparecem na exposição está a instalação do primeiro curso de Direito no Brasil, no Mosteiro de São Bento, em Olinda. Posteriormente, o curso foi transferido para a atual capital pernambucana, onde hoje funciona a Faculdade de Direito do Recife. Lugar de destaque, ainda, para a participação da OAB-PE durante os principais acontecimentos do estado e do país, como o período da ditadura militar. O Memorial relembra o engajamento

da Ordem na defesa pela volta das eleições livres e diretas.

Também é rememorada a história de grandes nomes da advocacia pernambucana e do Brasil. Um deles é José Cavalcanti Neves, que se tornou presidente do Conselho Federal da OAB e lá se consolidou como um dos grandes defensores da reabilitação do *habeas corpus*, entre outras garantias voltadas aos Direitos Humanos. Já Fernando Coelho, que dá nome ao Memorial, comandou a OAB-PE no triênio 1985-1987 e também foi parlamentar. Teve seu man-

dato de deputado federal cassado pela ditadura militar e se tornou um dos artífices da luta em favor das liberdades democráticas no Brasil. Coelho foi, ainda, presidente da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Faleceu em 2019.

Para as próximas etapas, está previsto o resgate da memória das subseções da OAB-PE e como se deu essa construção da instituição com o interior do estado. Haverá, ainda, a recuperação de documentos históricos que estão em posse da OAB-PE. Eles serão disponibiliza-

dos para pesquisadores e para a advocacia em geral através do *Portal da Memória*, espaço digital que ficará à disposição dos advogados e da sociedade pernambucana.

CENTENÁRIO

O Memorial da Advocacia tem a proposta de ser uma ponte entre o passado e o futuro da instituição. Uma de suas missões é alavancar um projeto inédito, que propõe um debate sobre o papel da advocacia em tempos de disseminação de recursos tecnológicos, como a Inteligência Artificial. O plano *Centenário da OAB*



Muitos ex-presidentes se juntaram à diretoria da atual gestão durante o ato que marcou a inauguração do Memorial

PE: Marcando a História e Inspirando Futuros vai projetar, discutir e planejar como a advocacia pernambucana estará em 2032, quando a instituição completará 100 anos de fundação.

“Nossa aposta é que a advocacia sempre será uma profissão fundamental, essencial. Que, com o passar do tempo, ela não envelhecerá e irá se renovando e se tornando ainda mais necessária. A tecnologia e a Inteligência Artificial nunca conseguirão substituir alguns dos principais motores e valores da advocacia. O plano se propõe a projetar cenários futuros, reco-

nhecendo e celebrando a diversidade de caminhos e aspirações que a OAB permite à advocacia”, afirma o jornalista e gerente de Comunicação da OAB-PE, Liniker Xavier, responsável pelo levantamento do conteúdo do Memorial.

CELEBRAÇÃO

A cerimônia de abertura do Memorial da Advocacia Fernando Coelho foi uma verdadeira noite de celebração. O auditório do prédio-sede da OAB-PE ficou lotado para a solenidade, que contou com discursos emocionantes e foi acompanhado por muitos ex-presidentes e

ex-diretores da instituição. “Hoje é um dia histórico, onde a gente faz uma justa homenagem e uma necessária referência à advocacia. A inauguração deste Memorial não é um ponto final, mas sim o início de uma nova e emocionante jornada. É o primeiro passo de uma série de ações com as quais a OAB se compromete em prol da preservação e celebração de nossa rica memória. Hoje, não só celebramos o passado, mas também anunciamos o futuro”, destacou Fernando Ribeiro Lins no discurso de abertura da solenidade.

O filho de Fernando

Coelho, Ricardo Coelho, contou passagens da trajetória profissional do pai em um discurso bastante emotivo. “Gostaria de agradecer, em nome de toda a nossa família a honraria, pelo Memorial contar com o nome do meu pai. Que sua vida e obra sirvam de inspiração para as presentes e futuras gerações”, afirmou Ricardo Coelho, que é procurador de Justiça.

No comando da Comissão da Preservação da Memória Histórica e Cultural da OAB-PE está o ex-presidente Henrique Mariano, cuja liderança e visão foram fundamentais para dar vida ao Me-



Público formado por nomes relevantes da advocacia pernambucana prestou sua homenagem a Fernando Coelho

morial. Ele agradeceu ao empenho de todos e também enalteceu a escolha do homenageado. “Hoje, a OAB-PE tem um acervo completo sobre sua história. Quero agradecer a toda Comissão pelo trabalho desempenhado. Além disso, gostaria de fazer uma homenagem ao ex-presidente Fernando Coelho, que dá nome ao Memorial e que era um verdadeiro democrata”, ressaltou.

Fernando Ribeiro Lins e a vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanellela, entregaram o diploma e a carteira de Membro Honorário Vitalício aos ex-presidentes da Sec-

cional Pernambuco Paulo Marcelo Raposo, Jorge Neves, Ademar Rigueira, Júlio Oliveira, Jayme Asfora, Henrique Mariano, Pedro Henrique Reynaldo Alves, Ronnie Duarte e Bruno Baptista. Receberam a honraria *in memoriam* os ex-presidentes Dorany Sampaio, Octávio Lôbo, Joaquim Correia de Carvalho Jr, Hélio Mariano e José Cavalcanti Neves.

“O Memorial Fernando Coelho veio resgatar a rica memória da nossa OAB-PE, que se confunde com a história da luta do povo de Pernambuco, nos últimos 90 anos, por justiça, democracia e cidadania. Ele retrata

a força da advocacia de nosso estado, empregada em importantes avanços civilizatórios”, destacou Pedro Henrique Reynaldo Alves. “Preservar a memória é cuidar também do futuro. Conhecendo de onde viemos nos permite enxergar, com mais exatidão, por qual caminho devemos seguir. Passear pelos mais de 90 anos de história da Seccional Pernambuco nos permite ver que cada momento importante da história do nosso estado e do nosso país teve a participação decisiva da OAB-PE”, afirmou Bruno Baptista.

Após as homenagens

no auditório, a cerimônia seguiu no térreo do prédio-sede. Ao lado de Ingrid Zanellela, do secretário-geral, Ivo Amaral Jr, e do diretor-tesoureiro, Carlos Barros, Fernando Ribeiro Lins descerrou a placa na presença de Ricardo Coelho, dos demais familiares do homenageado e dos convidados. “Nossa sincera gratidão aos membros da Comissão da Preservação da Memória Histórica e Cultural. Em nome da OAB Pernambuco e de toda a advocacia pernambucana, expressamos nosso mais profundo agradecimento”, concluiu o presidente da OAB-PE.



Empreenday Tech

Desvendando os mistérios da IA

Evento da Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação amplia o debate sobre o uso da Inteligência Artificial na advocacia

A sociedade vive um momento de mudanças extremas, provocadas pela popularização das ferramentas tecnológicas, em especial a Inteligência Artificial (IA). Os efeitos se refletem em todas as atividades profissionais, entre elas, a advocacia. Para debater junto aos advogados e advogadas do estado esse momento de transição, a OAB-PE, através da Comissão de Ges-

tão, Empreendedorismo e Inovação (CGEI), criou o *Empreenday Tech*. O evento promove uma imersão dos profissionais no tema, em apenas um dia de encontro, com a proposta de levar aos participantes uma maior clareza sobre a utilização das novas ferramentas no mercado, para que se crie um olhar mais amigável da IA dentro da advocacia.

"Há alguns anos, se fa-

lou muito no conceito da advocacia 4.0, sobre os processos digitalizados, robôs, *big data*, análise de dados. Depois veio a advocacia 5.0, aquela na qual, atrelada ao desenvolvimento tecnológico, era importante focar no bem-estar das pessoas. A pandemia só potencializou a velocidade das mudanças, e o emocional das pessoas não estava acompanhando essa rup-

tura. Com a chegada da IA, estamos vivendo uma transição de era. Jamais se viu um nível de profundidade e velocidade na mudança de construção de soluções para a vida e, consequentemente, na advocacia. Nem a chegada da internet, que foi um rebuliço, causou esse impacto", analisou a presidente da CGEI, Bruna Cavalcanti.

Um dos objetivos do



Uma grande plateia tomou parte dos debates do evento organizado pela Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação

Empreenday Tech é o de desmistificar a utilização das ferramentas de Inteligência Artificial pelo mercado da advocacia. Como tudo o que é novo, a IA ainda gera uma certa apreensão em algumas pessoas, sobre se deve ser encarada mais como uma ajuda ou como uma ameaça à mão de obra humana. Para Bruna, trata-se de uma oportunidade para a advocacia. “O ser humano não será substituído, porque uma decisão sempre precisará do crivo humano. Mas há coisas que a IA faz melhor que a gente. E tudo bem que seja assim. Talvez, assim, nós teremos mais tempo para fazer o que não temos conseguido fazer, que é dar um atendimento mais humano ao cliente.”

O *Empreenday* é um evento já consolidado dentro da CGEI, tendo sido criado ainda na gestão passada. O formato *Tech*, no entanto, aconteceu pela primeira vez no último mês de setembro, contando com painéis e com uma feira de soluções temáticas para os advogados. A feira conta com variados parceiros da OAB-PE e da CAAPE nas mais diversas áreas do empreendedorismo. Neste ano, inovou com uma atração de *stand up comedy*. “Foi uma forma de criar um ambiente menos formal, onde a gente pudesse falar de empreendedorismo, mas de uma forma mais descontraída”, explicou Bruna.

O encontro deste ano teve 140 inscritos. Com o tema *Uma nova era na advocacia*, contou com painéis que abordaram temas como inovação para eficiência, práticas de IA utilizadas no dia a dia da advocacia, fronteiras da ética e inovação, *legal design* e experiência do cliente. E teve alguns painelistas já bastante acostumados com a utilização da Inteligência Artificial no mercado jurídico, como Fernando Ricciardi, advogado e empresário paulista que possui várias operações utilizando as

novas tecnologias.

“É um evento que nos provoca a pensar na tecnologia aplicada ao Direito. Como nós, advogadas e advogados, devemos evoluir para melhor atender à advocacia. Essa é uma oportunidade muito rica de aprendermos sobre esse tema, que tem sido pautado a todo instante”, comentou a vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella. Ela esteve presente na mesa de abertura, juntamente com o presidente da entidade, Fernando Ribeiro Lins, e com o diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira.

NOVIDADES

A advogada Érika Lócio foi uma das presentes. Ela procurou mergulhar em uma “imersão transformadora” durante o evento e afirma ter saído da experiência com uma visão mais urgente sobre a necessidade de atualização sobre as novas ferramentas tecnológicas. “A convergência de novidades tecnológicas e *insights* sobre gestão empresarial para escritórios jurídicos revelou uma nova era para a advocacia, exigindo uma atualização constante. A integração de ferramentas tecnológicas no universo jurídico não

apenas otimiza processos, mas redefine a própria prática advocatícia”, analisou. Érika pretende participar de novas edições do *Empreenday Tech*. “Participar dessas iniciativas não é apenas uma escolha, mas uma necessidade para estar à frente nas transformações que moldam o futuro do setor jurídico.”

A ideia da CGEI é realizar ao menos um *Empreenday Tech* por semestre e buscar inovações para as próximas edições, como a realização de oficinas práticas. Será uma forma de garantir mais materialidade aos participantes, que poderão ter um contato direto com as ferramentas de IA para realizar ações capazes de, por exemplo, otimizar as tarefas internas e aumentar a assertividade de decisões favoráveis de um escritório. “Eu não tinha ideia de que a repercussão do evento seria tão grande. Tivemos um público muito misturado, de jovens advogados e também de advogados experientes. É incrível como os veteranos estão percebendo a necessidade de se aprofundar nesse assunto. O nosso desafio é tornar acessível as práticas de IA na advocacia”, afirmou Bruna Cavalcanti.

A CAAPE ESTÁ AQUI PARA CUIDAR DE VOCÊ.

Conheça a CAAPE



A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco já nasce, em sua essência, com o propósito de estar ao lado dos advogados, advogadas, estagiários e estagiárias, independente de cor, gênero, idade, orientação sexual ou de qualquer natureza.

Promovemos diariamente benefícios e serviços que contemplam toda a advocacia pernambucana. Confira alguns programas:



1000 convênios



Consultórios CAAPE



Farmácia da Advocacia



Plano Odontológico



Plano de Saúde



Prerrogativamente



Hospeda + CAAPE



Maternidade Legal



CAAPE

junto
com você

 @caape_oab

 CAAPE.OABPE

 www.caape.org.br

 (81) 3223.0902





Mérito do Judiciário

A presidente da CAAPE, Anne Cabral, foi uma das agraciadas com a Medalha do Mérito do Judiciário Ministro Djaci Falcão, destinada aos profissionais que atuam de forma direta com o Poder Judiciário. A comenda também é um reco-

nhecimento pelo trabalho que cada um desenvolve nas respectivas áreas profissionais. A indicação de Anne partiu da vereadora Cida Pedrosa. A solenidade ocorreu no dia 22 de novembro, na Câmara de Vereadores do Recife.

BENEFÍCIOS

Olinda ganha novo estacionamento CAAPE

A rede de estacionamentos da CAAPE ficou ainda maior. Um novo espaço foi inaugurado. Ele fica a 150 metros do Fórum Trabalhista, na Cidade Tabajara, em Olinda. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 14h. Para utili-

zar o estacionamento, os profissionais precisam ter o selo CAAPE 2023, que pode ser retirado no segundo andar do edifício-sede da OAB Pernambuco ou na Subseccional Olinda, em horário comercial.

Divulgação

**PEDAL****Justa homenagem**

O *Pedal CAAPE*, evento que já se transformou em uma grande confraternização da advocacia sobre duas rodas, dedicou a última edição do passeio ciclístico, em 19 de novembro, ao Mês da Consciência Negra. O tesoureiro da Caixa de Assistência, Diogo Ramos, foi homenageado por sua luta por uma advocacia igualitária e pela importante representatividade como integrante do movimento negro dentro do Sistema OAB-PE. A homenagem foi comandada pela presidente da Comissão da Igualdade Racial da Seccional Pernambuco, Débora Gonçalves, e pela secretária geral adjunta da OAB-PE, Manoela Alves.

FARMÁCIA**Reforma e mais benefícios**

A *Farmácia da Advocacia*, que funciona na sede da OAB-PE, na Rua do Imperador, vai ficar maior e mais diversificada. Ela está passando por uma reforma na estrutura física. Mas o melhor é que o catálogo de medicamentos que você compra - com descontos que podem chegar a 50% - também será ampliado. Mais um benefício para a advocacia pernambucana. Siga a CAAPE nas redes sociais e fique por dentro de todas as novidades.

CONSULTAS**Saúde bucal**

A *Van Odontológica* voltou no mês de novembro, assegurando a saúde bucal a muita gente. Como você sabe, ela percorre as subseccionais pernambucanas em determinadas datas para atender os profissionais da advocacia, do Litoral ao Sertão. É só acompanhar direitinho a programação na sua cidade e aproveitar esse benefício com muita comodidade e a custo zero. As consultas podem ser agendadas através do telefone (81) 99956-9516.

FUTEBOL**Alifa 2023**

Divulgação



As seleções pernambucanas de futebol de advogados e advogadas marcaram presença no Campeonato Nacional Alifa 2023, que aconteceu em Campinas, São Paulo. Os nossos atletas não trouxeram troféus dessa vez, mas, como diz o ditado, o importante é mesmo é competir.



Advogados, advogadas, além de estagiários inscritos na OAB-PE, têm acesso a uma plataforma com diversificado banco de dados jurídicos

Convênio

CAAPE e Jusbrasil firmam nova parceria

Quem nunca teve dúvidas na hora de escrever? Principalmente, se o texto precisar de características, argumentos ou, ainda, um formato específico que possa ajudar os profissionais da advocacia a serem bem

sucedidos em suas ações ou na defesa de uma causa. Uma peça bem feita, como se sabe, pode fazer toda a diferença.

Advogados e advogadas, além de estagiários inscritos na Ordem, que utilizam os computado-

res do *Coworking* Professor Octávio Lôbo, em Boa Viagem, contam com uma ferramenta potente para ajudar em situações como essa. Um convênio assinado entre Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE)



José Ricardo do Rêgo Barros já utilizou os serviços do Coworking e aprovou as inovações oferecidas pela parceria CAAPE/JusBrasil

e o Jusbrasil dá acesso, gratuitamente, a uma plataforma repleta de informações importantes e atualizadas, que servem como referência para a advocacia.

O Jusbrasil - empresa privada de tecnologia voltada para o universo jurídico - simplifica e viabiliza o acesso à informação jurídica porque trabalha com a coleta, organização e disponibilização da informação jurídica pública, como autos processuais, diários oficiais, assim como cópias de ementas de jurisprudência.

A plataforma do Jus-

brasil disponibiliza, também, conteúdos produzidos por uma comunidade de autores independentes, que criam materiais jurídicos (modelos, peças, artigos e notícias) e os publicam na plataforma. O que antes, portanto, demandava um esforço de vários dias de pesquisa e que poderia ser complicado, além de muito demorado, agora pode ser feito de forma rápida e precisa com o apoio da tecnologia.

O advogado José Ricardo Teixeira do Rêgo Barros é um dos profissionais do Recife que já

conheceram o *coworking* da OAB-PE e passaram a utilizar o serviço. Ele tem escritório próprio lá mesmo, em Boa Viagem, mas aprovou a estrutura e acha fundamental a possibilidade de ter acesso às salas amplas de reunião, aos computadores e, sobretudo, ao banco de dados do Jusbrasil. A plataforma, para Rêgo Barros, reúne, de fato, um vasto número de informações e pode agilizar muito o trabalho, principalmente para quem está iniciando e não teve nenhuma experiência em algum tipo de ação específica.

“Como se trata de um ambiente de internet muito proveitoso para o advogado, esse convênio entre o Jusbrasil e a CAAPE é muito interessante, porque disponibiliza muita informação gratuitamente. Se for pagar essa versão que está sendo oferecida, são quase R\$ 50,00 por mês. O advogado sempre precisa estar estudando, buscando novas informações, se atualizando. Isso vale para quem está começando e mesmo para quem já está na profissão há mais tempo. Vale para todo mundo”, avalia Rêgo Barros.

A presidente da CAAPE, Anne Cabral, destaca a importância da fer-

ramenta do Jusbrasil. Ela explica que o serviço é essencial porque abre uma infinidade de possibilidades de consultas a uma ampla base de dados, em um espaço de trabalho bem estruturado, como é o *coworking*, que, além de conectado com as novas tecnologias, é um lugar moderno e democrático. “Foi pensado e criado especialmente para atender às necessidades da advocacia pernambucana. A CAAPE tem, inclusive, uma sala no *coworking* para atender os profissionais. É só agendar e aproveitar a excelente estrutura.”



Foi pensado e criado para atender às necessidades da advocacia pernambucana. A CAAPE tem uma sala no coworking para atender aos profissionais”

**Anne Cabral,
presidente da CAAPE**



Em sistema de parceria com instituições particulares de saúde, subseccionais disponibilizam exames de várias especialidades aos profissionais da advocacia

Serviços

***CAAPE Mais Saúde* chega a Garanhuns e Serra Talhada**

O programa *CAAPE Mais Saúde*, que começou em Araripina, fez sucesso rapidamente, cresceu e já está instalado em Garanhuns, no Agreste, e em Serra Talhada, no Sertão do estado, deven-

do chegar em breve a outras localidades. Através de parcerias e dentro do compromisso de interiorização das ações, é oferecido atendimento médico em diversas especialidades. O melhor

desse programa é a descentralização, porque torna acessível o serviço ofertado pelos *Consultórios CAAPE*, no Recife, através das subseccionais de várias regiões.

A parceria em Serra

**CAAPE Mais Saúde reforça
o conjunto de ações de
interiorização da advocacia**

Talhada é com o Centro Médico Villa Saúde. São disponibilizadas, gratuitamente, para quem está adimplente com a anuidade da OAB, dez vagas por mês para consultas em várias especialidades, como oftalmologia, ginecologia, neurologia e cardiologia. O serviço, iniciado em 21 de novembro, teve uma excelente resposta. As vagas estão preenchidas até janeiro de 2024. Para garantir capilaridade e atender a um número maior de pessoas, cada paciente pode requerer uma consulta por mês.

Para receber o atendimento, o advogado, a advogada ou o estagiário inscrito na Ordem entra em contato com a subseccional, através do celular, e faz a demanda. A partir daí, a OAB Serra Talhada autoriza o atendimento junto à clínica. Uma vez liberado, cabe ao paciente marcar dia e hora da consulta, de acordo com a disponibilidade do médico e alinhado com a sua própria agenda.

Já em Garanhuns, os

pacientes estão sendo atendidos no Centro Médico do Agreste Meridional (CEMEPP), instituição parceira da CAAPE. A marcação também ocorre através do celular. O leque de especialidades oferecidas também é bem amplo. Tem, por exemplo, psicologia, nutrição, clínica geral e urologia. São realizados cerca de 30 atendimentos por mês.

A presidente da CAAPE, Anne Cabral, explica que o objetivo é cuidar da qualidade de vida dos beneficiários da Caixa de Assistência. "Juntamente com uma equipe especializada, estamos prontos para atender e estimular nossos advogados, advogadas e estagiários a adotarem hábitos saudáveis. Acreditamos que cuidar da saúde é fundamental para prevenção de doenças", destaca a presidente. Ela ressalta, ainda, que o programa é mais um passo para elevar o padrão de vida dos advogados e advogadas e fortalecer a advocacia em Pernambuco.

Andréa Régo Barros/divulgação CAAPE



**Anne Cabral destaca programa como
forma de profissionais adotarem hábitos saudáveis
para lidar com estresse diário**



*Nosso objetivo
é promover
mais qualidade
de vida para os
advogados e
advogadas de
Pernambuco"*

**Anne Cabral,
presidente da CAAPE**

Serviço

Agendamentos: de
segunda a sexta, das 8h
às 17h

Serra Talhada
(87) 99974-8827 e 3831-
2333

Garanhuns
(87) 99957-0416



Estudo apontou que apenas 32% dos entrevistados se consideram muito preocupados com a própria saúde

Fotos: divulgação

Diagnóstico

Novembro Azul e Outubro Rosa **com exames e prevenção**

Consultórios da CAAPE oferecem as especialidades de urologia e ginecologia

O câncer de próstata é assunto sério e precisa de muita atenção. A única forma de garantir a cura, de acordo com especialistas, é realizando a prevenção e obtendo um diagnóstico precoce. Atentas a essa pauta tão

importante e necessária, a OAB-PE e a Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (CAAPE) aderiram, mais uma vez, à campanha *Novembro Azul* no mês de conscientização da doença. Foram disponibilizados

gratuitamente os exames de sangue de PSA total e PSA livre para advogados e estagiários inscritos na Seccional.

A ação foi realizada no período de 21 a 27 de novembro, mas o chamamento segue mês a mês,



O público feminino também precisa saber que, além do período de campanhas, a CAAPE também oferece a especialidade de ginecologia em seus Consultórios CAAPE

ininterruptamente, para que os homens atentem para os riscos do câncer de próstata. E, para quem ainda não sabe, a CAAPE também disponibiliza em seus consultórios a especialidade de urologia, onde é possível agendar consultas gratuitas e se proteger durante o ano todo.

Tanta atenção e tantos alertas não ocorrem por acaso. A Sociedade Brasileira de Urologia realizou uma pesquisa, em todas as regiões do país, com homens acima de 40 anos. O material foi divulgado no *site* da instituição, reforçando a campanha *Novembro Azul*, e revelou dados bastante

preocupantes. Mas que não chegam a ser surpreendentes.

O estudo apontou que apenas 32% dos entrevistados se consideram muito preocupados com a própria saúde. Já 46% só procuram o médico quando sentem algo. Esse número aumenta para 58% quando o homem utiliza apenas o Sistema Único de Saúde (SUS).

Quando os entrevistados foram questionados sobre quais doenças urológicas mais temem, o câncer ficou na liderança, sendo indicado em 58% das respostas. O segundo maior temor masculino, segundo a pesquisa, é a impotência sexual.

MULHERES EM ALERTA

As mulheres também receberam atenção especial. O estímulo à prevenção foi reforçado no *Outubro Rosa*, quando foi disponibilizado um caminhão equipado com mamógrafo na sede da OAB-PE, na Rua do Imperador. Advogadas e estagiárias foram estimuladas a realizar a mamografia.

A Sociedade Brasileira de Mastologia alerta e ensina em seu site - acessível a qualquer pessoa - que o câncer de mama pode ser *in situ*, aquele no qual ainda não há risco de invasão e metástase. Neste caso, as chances de cura são de, aproximada-

mente, 100%. “Mesmo os tumores invasivos (quando invadem a membrana basal da célula) podem ser curados, se o diagnóstico for estabelecido em fase precoce.”

É por isso que a CAAPE faz tantos alertas e incentiva as mulheres a cuidarem cada vez mais da saúde. E, assim como foi dado o recado veemente aos homens, o público feminino também precisa saber que, além do período de campanhas, a CAAPE também oferece a especialidade de ginecologia em seus Consultórios CAAPE, onde as advogadas podem agendar consultas gratuitamente.



PÓS-GRADUAÇÃO EM

Direito Eleitoral

DESENVOLVA **HABILIDADES PRÁTICAS** COM OS
MAIS RENOMADOS ESPECIALISTAS DO PAÍS.

INÍCIO DAS AULAS:

19 DE JANEIRO DE 2024

Para efetuar a sua inscrição na pós-graduação em Direito Eleitoral, acesse o link **www.ijlmm.com.br/pos-em-direito-eleitoral** ou escaneie o QR Code.



REALIZAÇÃO:



ESA 34



INSTITUTO
LUIZ MÁRIO
MOUTINHO

PÓS-GRADUAÇÃO 2024

**AULAS
PRESENCIAIS**

Garanta a sua virada profissional e aprenda com especialistas do principal braço educacional da OAB-PE!

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Seja expert em uma das áreas com mais oportunidades do Direito.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Atualize-se sobre as searas administrativa e jurisdicional.

1 ano de formação - Início em 05 de março de 2024.

Aulas terças e quintas, das 18h às 22h.
Local: Sala da ESA/PE.

Investimento:

18x R\$ **330,00**

18x R\$ **290,00**

para a jovem advocacia e ex-alunos da ESA-PE



Para mais informações e inscrições, acesse
www.esape.com.br

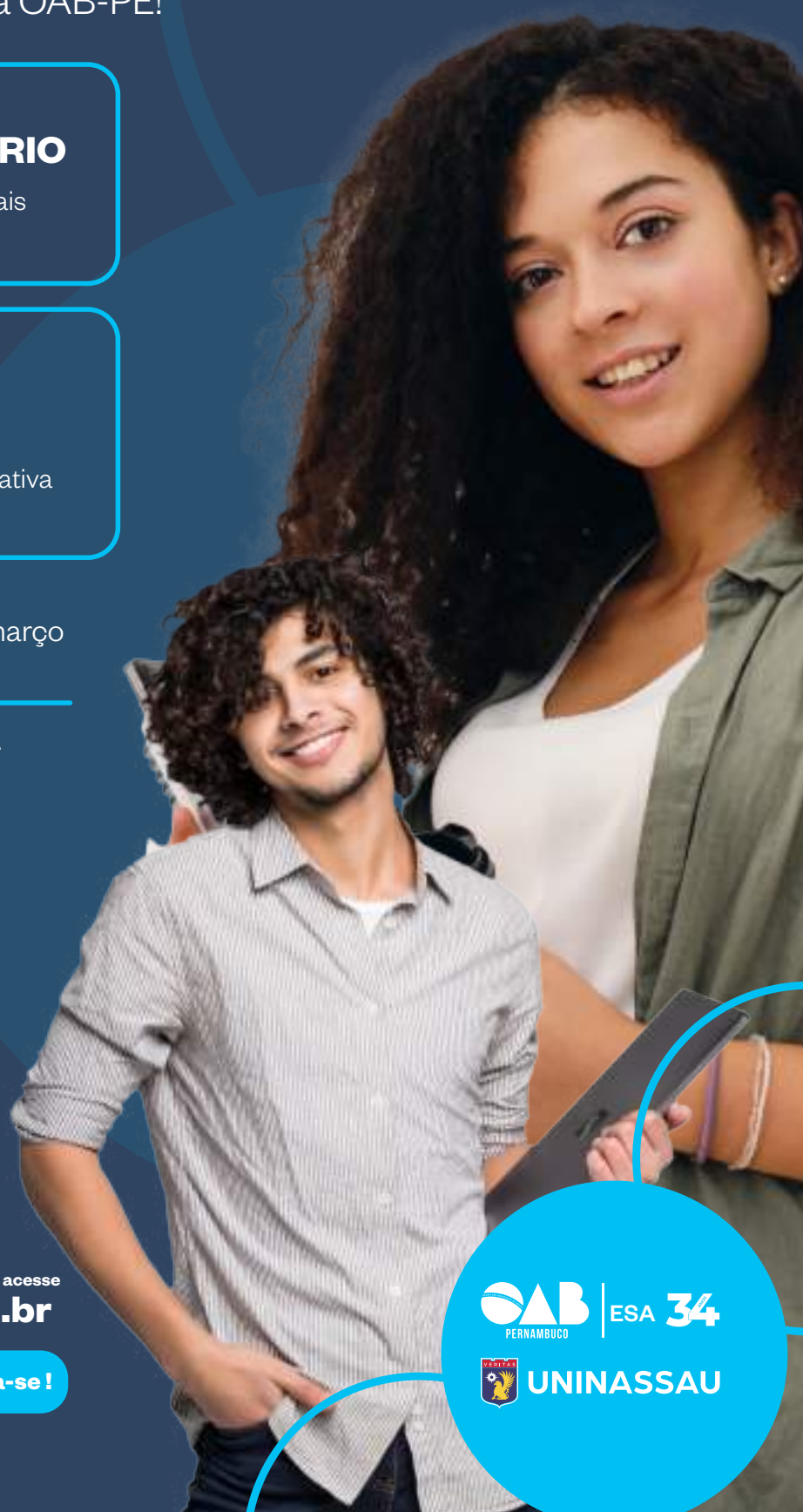
Vagas limitadas! Inscreva-se !



ESA **34**



UNINASSAU



Fotos: Vivian Ramos/OAB-PE



DELEGAÇÃO

Presença na Conferência Nacional

Diretores da ESA-PE marcaram presença na 24ª Conferência Nacional da Advocacia, em Belo Horizonte (MG), que reuniu profissionais de todo o país. Eles participaram de debates em painéis de temas relevantes do Direito. Na foto estão Renata Berenguer, Francisco Muniz, Marina Lisboa, Doris Castelo Branco, Leo Moreira e Pedro Silveira.

Divulgação



QUALIFICAÇÃO

Pós-graduação

E por falar na Conferência, olha só essa novidade incrível que surgiu no evento. O diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira, e o presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, estabeleceram uma nova parceria para a oferta de mais de duas mil bolsas gratuitas de pós-graduação da ESA Nacional para advogados e advogadas pernambucanos. O acordo foi assinado pelo diretor nacional da ESA, Ronnie Duarte, e pelo presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti.

JOVEM ADVOCACIA

Primeiros passos

A jovem advocacia ganhou foco e vez em um evento especial no mês de novembro, no auditório da Uninassau, no Shopping Costa Dourada. Foram tratados temas mais do que importantes para quem está iniciando na profissão. Na pauta do encontro, que aconteceu dia 22, um time de especialistas conversou e trocou ideias com os participantes sobre gestão de escritório, marketing jurídico e os muitos desafios do ingresso no mercado de trabalho.

Divulgação



SEMINÁRIO

Direito Administrativo

O final do ano chegou, mas as oportunidades de qualificação profissional não pararam de surgir. No dia 13 de dezembro foi realizado o *IV Seminário de Direito Administrativo*. Com cerca de três horas de duração, o evento aconteceu no plenário da OAB-PE, na Rua do Imperador, e teve como tema *Consensualismo na Administração Pública e as Câmaras de Mediação e Conciliação*. Advogados, em sistema de *cashback*, pagaram apenas R\$ 25,00. Já os estudantes desembolsaram R\$ 20,00.

ATENDIMENTO

Tutor PJE

Dúvidas de como acessar o sistema eletrônico da Justiça? Não perca tempo. A ESA-PE tem o serviço do *Tutor PJE*, com acesso remoto ou presencial, para destravar todas as suas dúvidas e fazer as instalações no seu computador do sistema do Processo Judicial Eletrônico. Mas você deve lembrar que a instalação só é possível no sistema Windows. O serviço pode ser solicitado nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 14h às 17h30.



TECNOLOGIA

Dica de leitura

O livro *Direito, Tecnologia e Justiça Digital*, de autoria de James Magno, é uma das nossas dicas de leitura. O autor aborda vários aspectos da revolução digital e dá um mergulho no universo da Justiça Eletrônica. Ele mostra, entre outras coisas, como a aplicação inteligente da tecnologia acelerou processos e impactou os bastidores do Direito. Leitura mais do que necessária em um mundo cada vez mais digital e veloz.



Leonardo Moreira e Ingrid Zanella foram recebidos por representantes da Universidade Católica

Convênio UNICAP

Programa
deverá

começar ainda
no primeiro
semestre de
2024. O edital
do processo
seletivo já foi
divulgado

Vem aí um mestrado inédito

Quem não teve como avançar nos estudos este ano, já pode começar a se programar para 2024. A OAB-PE e a Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE) deram mais um passo decisivo para impulsionar a qualificação dos profissionais do Direito. Foi ratificado o convênio com a

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para a criação de um programa de mestrado em Direito e Inovação.

A iniciativa já é um marco antes mesmo de o primeiro aluno entrar em sala de aula. É que a UNICAP foi a única instituição de ensino superior do país a ter um programa

de mestrado profissional em Direito e Inovação aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2023. Pernambuco e a advocacia do estado, portanto, largam na frente.

A duração do curso é de 24 meses. Se você se interessou, fique atento



Mestrado na UNICAP, com duração de 24 meses, amplia a rede de oportunidades em qualificação profissional

desde já. O edital com as regras do processo seletivo já foi publicado. As aulas estão previstas para começar no primeiro semestre de 2024. De acordo com informações da UNICAP, o novo curso vai adentrar no universo das inovações, das instituições e da Justiça. O mestrando pode optar entre duas linhas de pesquisa: Mediação, Resiliência e Inovação Social ou Instituições, Inovações de Mercado e Tecnologia.

Outro diferencial revelado pela universidade são as metodologias ativas que irão explorar aprendizagem em serviço, problema, projeto, *design thinking* e ferramentas ágeis. O presidente da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, reiterou o

compromisso da gestão com a inovação. O novo curso, segundo ele, vai além do institucional, porque também é um elo para integrar, ainda mais, a Ordem, a sociedade e a academia.

A vice-presidente da OAB-PE, Ingrid Zanella, diz que o desafio da atualidade, em todas as áreas, é o de entender como a tecnologia pode se tornar uma ferramenta no exercício de profissão, e não um obstáculo. Já o diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira, destaca a relevância do mestrado para a educação jurídica e o compromisso com a qualidade. “Estamos juntos para fomentar uma educação de qualidade para toda a advocacia.”

O reitor da Unicap,

Padre Pedro Rubens, destaca o “aspecto representativo do novo curso no momento em que a Universidade celebra 80 anos”. A pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Valdenice José Raimundo, ressalta a importância da conquista

e a relevância da parceria com a OAB-PE nesse projeto.

A diretora da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Católica, Karina Nogueira Vasconcelos, também comemorou a parceria. Outros convênios igualmente inovadores foram firmados com a CESAR School (em Direito Digital e novas Tecnologias), com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com a Universidade Damas e com o Grupo Ser Educacional (Uninassau).

Fique por dentro dessas e de outras novidades no site da ESA-PE (esape.org.br). Em tempos de tecnologia e concorrência cada vez mais dinâmicas, a especialização pode ser exatamente o *plus* que você precisa.



*Estamos juntos
para
fomentar uma
educação
de qualidade
para toda
a advocacia”*

Leonardo Moreira,
diretor-geral da ESA-PE



Yacy Ribeiro/ OAB- PE



Especialistas se reuniram na OAB-PE para debater questões que impactam na vida de milhares de pessoas

Congresso

As múltiplas nuances do Direito das Famílias

Área da advocacia é muito vasta e exige de advogados e advogadas uma constante atualização

Vários especialistas do país e de Pernambuco estiveram reunidos para tratar, pela primeira vez, de um tema importante e que tem tudo a ver com a vida de milhares de brasileiros, em muitas situações. Foi assim o *I Congresso de Direito das Famílias*, que aconteceu no dia 23 de novembro, no auditório da OAB-PE, e foi promovido pela Escola Superior de Advocacia (ESA-PE) e pela Comissão de Direito da

Família (CDF).

A programação do evento foi dividida em sete painéis, que abordaram várias nuances dessa

Público conferiu as novidades sobre o tema em sete painéis

ampla e necessária área do Direito. Entre os temas abordados pelos 35 palestrantes estavam *Violência Processual e Aplicação de*

Protocolo para Julgamento sob a Perspectiva de Gênero, Contratos de Coparentalidade, Direito do Idoso e Direito das Famílias e Sucessões, além do *Marketing Jurídico* nesse segmento específico.

O diretor-geral da ESA-PE, Leonardo Moreira, destacou a relevância da promoção de um congresso desse porte para a atuação dos profissionais que lidam com a matéria. É que o Direito das Famílias, segundo ele, é uma



Yacy Ribeiro/ OAB- PE



Ademar Filho

área da advocacia vastíssima, que exige de advogados e advogadas uma constante atualização. É importante, portanto, a compreensão minuciosa da lei para saber lidar com as particularidades de cada caso de relação familiar.

“É fundamental que o profissional esteja apto e preparado para garantir os direitos e os interesses dos membros das famílias, na expectativa de chegar a uma solução jus-

Congresso teve duração de 8 horas, atraindo grande público

ta e harmoniosa”, disse Leonardo Moreira. A tarefa, convenhamos, nem sempre tem fácil solução. Afinal, o profissional esta-

Aplicação de Protocolo para Julgamento sob a Perspectiva de Gênero foi um dos assuntos em pauta

“

É importante que o profissional que atua na área chegue a uma solução justa e harmoniosa”

Leonardo Moreira,
diretor-geral da ESA-PE

rá lidando com questões delicadas e que impactam as vidas das pessoas envolvidas, como, por exemplo, a proteção da pessoa idosa, o divórcio, a guarda dos filhos, os contratos matrimoniais e a partilha de bens.

Os palestrantes exploraram muitas dessas questões. Foram convidados profissionais como a professora e advogada familiarista Camila Maser, a coordenadora da Comissão de Direito Digital em Família e Sucessões do IBDFAM-RS, Cintia Burile, a presidente da Comissão Nacional de Direito das Sucessões do Conselho Federal da OAB, Isabella Paranaguá, e o advogado, professor e parecerista Jones Figueiredo. Também participaram do *I Congresso de Direito das Famílias* Sílvio Neves,

advogado e professor de Direito Civil, e Lara Brasileiro, a especialista em psicologia jurídica com ênfase em família.

OPORTUNIDADES

A carga horária foi de oito horas/aula. Profissionais e estudantes que tenham interesse em participar de eventos como esse, que podem impactar na qualificação, sem tomar dias de dedicação, devem ficar sempre atentos à toda a programação oferecida pela ESA. Muitos dos eventos ainda têm preços especiais e *cashback*.

Você pode ficar bem informado seguindo as redes sociais e acompanhando as notícias nos sites da OAB-PE e da ESA-PE. O que não faltam são oportunidades de cursos, congressos e seminários.



Curso foi comandado pelos professores doutores Bruno Baptista e Martorelli Dantas

Em público

Dominando os “bichos-papões” da retórica e da sustentação oral

Curso realizado na ESA-PE trouxe dicas importantes para advogados e advogadas se saírem bem na hora do desafio

Falar em público pode ser sinônimo de pesadelo para muita gente. Mas, em algumas profissões, não tem como escapar. A advocacia é uma delas. É preciso, portanto, encarar o desafio e se preparar. E não basta só

perder o medo de ficar sob os holofotes. O profissional tem que ter clareza no que diz, além de apresentar argumentos jurídicos precisos e ser convincente.

A advogada Júlia Cantarelli, que é da área Cí-

vel, sabe disso. Ela não perdeu tempo tão logo surgiu a oportunidade de se qualificar e aprender técnicas para lidar com os supostos “bichos-papões”. Como bolsista, ela participou, em novembro, do *Curso de Iniciação*

à *Retórica e Sustentação Oral*, promovido pela Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE).

Júlia teve um evento importante, em 13 de dezembro, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, para colocar em prática tudo o que aprendeu com os professores doutores Bruno Baptista e Martorelli Dantas. É que a jovem advogada conquistou o terceiro lugar no concurso de artigos da ESA Nacional, concorrendo com colegas de todo o país, com um texto sobre os 20 anos de vigência do Código Civil.

No evento de premiação, Júlia falou sobre o tema que explorou no artigo *A concorrência sucursal com os descendentes: proteção do supérstite ou limitações da autonomia da vontade do autor da herança?* O concurso premiou trabalhos inscritos em oito áreas temáticas, nas categorias magistrados (as) e advogados (as). Depois que ficou sabendo do resultado do concurso, Júlia procurou a ESA-PE e ganhou a bolsa para fazer o curso. Sentiu-se mais segura para falar para o público que a aguardava no STJ.

“Aprendi com os excelentes professores a importância da argumentação e da comunicação, e que a palavra é o instrumento de trabalho do advogado e da advogada. Além de técnicas para falar em público, aprendemos, ainda, sobre cada etapa de preparação para realizar uma sustentação oral bem feita. Mas o mais importante foi que falamos sobre medo. Medo de errar, medo de passar vergonha, medo de

Para cada minuto de sustentação oral, uma hora de preparação

falar em público. Medo. E como ele tem que ser o nosso motivador para chegar onde queremos, senão nos paralisa”, destacou Júlia Cantarelli.

COMO SE PREPARAR

Bruno Baptista, que foi um dos profissionais que ministraram o curso e ajudaram Júlia a se preparar, fez um passo a passo importante para os alunos. Para começar, a dica é conhecer a fundo o processo. Segundo ele, para cada minuto de sustentação oral, o profissional



Alunos tiveram acesso a uma série de orientações importantes, inclusive para lidar com o medo de falar em público e a timidez

precisa de, no mínimo, uma hora de preparação.

O segundo passo não fica atrás em importância. É preciso elaborar e entregar os memoriais, com até quatro páginas. E atenção aos prazos. O recomendável é que esse material chegue às mãos do relator o quanto antes. Aos demais julgadores, com dois a três dias de antecedência. Outra dica é observar a

sustentação oral de outros profissionais.

Tudo pronto, eis que chega a hora de subir à tribuna. E agora, o que fazer? Bruno Baptista listou alguns pontos importantes, que transitam pelo humor, pela estratégia de ir do argumento mais forte para o mais fraco, além de evitar o uso de adjetivos (comunicação não-violenta).



O recomendável, por exemplo, é começar a apresentação de forma criativa, com uma frase impactante, uma pergunta, uma citação ou até uma pequena história. Resumir na introdução o que se pretende apresentar e humanizar o tema também podem tornar a sustentação mais interessante. E, claro, controlar o tempo.

LITURGIA

Na sequência do curso, os alunos também aprenderam que é preciso ter atenção aos trajes e um cuidado especial com a linguagem. Depois da sustentação oral, o profissional deve permanecer na Tribuna. Deve

Jovem advogada Júlia Cantarelli fez o curso e ficou mais confiante para falar em público no STJ, onde recebeu uma premiação da ESA Nacional

lembrar, ainda, do uso da expressão “pela ordem” para esclarecer um equívoco ou uma dúvida surgida em relação aos fatos, à documentação ou a afirmações que influem na decisão.

O que também não poderia faltar no curso foi como lidar com a timidez. E, para isso, foram listadas mais cinco dicas. É preciso treinar, fazer exercícios respiratórios, ter concentração na mensagem que deseja transmitir, saber que ninguém é infalível e, por fim, ter atenção ao *rapport* (técnica usada para criar sintonia e empatia).

No caso da sustentação oral por videoconferência, os cuidados

devem ser redobrados. Alguns profissionais já viraram meme na internet, como um advogado da Bahia que participou de uma sessão deitado em uma rede. Já um procurador da Paraíba simplesmente dormiu durante a sessão de julgamento. Não é porque você está em casa ou no escritório que deve relaxar a tal ponto de cair em situações constrangedoras. Bruno Baptista ensina que é preciso ficar atento às formalidades, ter atenção às regras regimentais, bem como aos prazos, além de caprichar nas técnicas. Fundamental também é cuidar bem do sistema de informática.

expediente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL PERNAMBUCO - OAB-PE

Presidente: Fernando Ribeiro Lins
Vice-presidente: Ingrid Zanella
Secretário-geral: Ivo Tinô Amaral Jr.
Secretária-geral adjunta: Manoela Alves
Tesoureiro: Carlos Barros
Tesoureira adjunta: Taciana Magalhães

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO - CAAPE

Presidente: Anne Cabral
Vice-presidente: Maximiano Maciel
Secretária-geral: Juliane Lima
Secretário-geral adjunto: Leomilton Guimarães
Tesoureiro: Diogo Ramos
Diretor suplente: Dyego Patryck
Diretora suplente: Luana Guarino
Diretora suplente: Patrícia Oliveira
Diretor suplente: Saulo Lustosa

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE PERNAMBUCO - ESA-PE

Diretor-geral: Leonardo Moreira
Vice-diretora geral: Renata Berenguer
Secretária-geral: Ana Paula Azevedo
Secretário-geral adjunto: Alexandre Vasconcelos
Tesoureiro: Fábio Porto
Diretor de Eventos: Bruno Paiva
Diretora de Publicações: Doris Castelo Branco
Diretora Acadêmica: Ingrid Almeida
Diretor de Intercâmbios: Francisco Muniz
Diretora de Interiorização: Gabriela Reis
Diretora da Jovem Advocacia: Marina Lisboa
Diretor de Inovação: Pedro Silveira

CONSELHEIROS FEDERAIS

Adriana Caribé Bezerra Cavalcanti

Ana Lúcia Bernardo de Almeida Nascimento
Bruno de Albuquerque Baptista
Mozart Borba Neves Filho
Ronnie Preuss Duarte
Yanne Katt Teles Rodrigues

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Adriana Almeida Calado
Alexandre Jorge Torres Silva
Ana Luiza Duarte Pires De Castro
Ana Paula Francisca da Silva
Ana Paula Moraes Canto de Lima
Andrea Feitosa Pereira Maranhão
Andressa Myrian do Amaral Araújo
Antônio Celestino da Silva Neto
Antonio Faria de Freitas Neto
Augusto Cesar de Freitas Ramos
Bruno da Silva Ramos
Camila de Albuquerque Oliveira
Carina Cavalcanti de Moraes
Carlúcia de Souza Barbosa
Chiara Michelle Ramos de Moura Silva
Catarina Almeida de Oliveira
Cláudia Adriana de Alcântara Batista Da Silva
Danielle Cristina de Lacerda Farias
Débora Vanessa Gonçalves Batista
Denyse Cely Mendes da Silva
Dhiego de Lavôr Santos
Eduardo Silva de Araújo
Elaine Alves Silva de Santana
Emanuelle Ferreira Rocha Shinozaki
Estefferson Darley Fernandes Nogueira
Fábio Francisco Cordeiro Milhomens
Feliciano Lyra Moura
Felipe Augusto Sampaio Barbosa
Felipe Bezerra de Souza
Frederico Cal Muinhos
Gustavo Carvalho Borges dos Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Helena Rocha Coutinho de Castro
Herica de Kassia Nunes de Brito
Henrique Buriel Weber
Ielva Pryscylla Ferreira de Melo
Isabela Lessa de Azevedo Pinto Ribeiro

Isabelita Alves Fradique
João Marcelo Pereira Cavalcanti Neves
João Maurício de Assis Rocha Filho
José Diógenes César de Souza Junior
José Florentino Toscano Filho
José Maria Silva
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Juliana Lima Ferreira
Júlio Cesar Araújo Monte
Leonardo Azevedo Saraiva
Leonardo Camello de Barros
Leonardo Sales de Aguiar
Márcia da Silva Santos
Marcondes Rubens Martins de Oliveira
Marcus Vinícius Alencar Sampaio
Maria das Graças Wanderley de Siqueira Neta
Maria Goretti Soares Mendes
Maria Helena Urbano Ribemboim
Maria Paula Latache Ribeiro de Vasconcelos
Maria Tereza Mazoco Times
Maria Carvalho
Mônica Resende
Maurício Bezerra Alves Filho
Nair Andrade dos Santos
Patrícia Barbosa Leão
Paulo Artur dos Anjos Monteiro da Silva
Pollyanna Tenório Veríssimo de Queiroz Amaral
Rafael de Lima Ramos
Ricardo André Bandeira Marques
Sarah Bastos de Oliveira Borges Feitosa
Saulo de Tarso Gomes Amazonas
Schamkpou Bernardo Bezerra
Sebastião Dantas
Sergio da Silva Pessoa
Silvana Maria Duarte Alves de Souza
Simone Campos Aragão
Sócrates Vieira Chaves
Soraya Vieira Nunes
Wdson Pyerre Soares Silva
Wilgberto Paim dos Reis Junior
Yuri Azevedo Herculano

expediente

MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS

Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto
Júlio Alcino de Oliveira Neto
Jayme Jemil Asfora Filho
Henrique Neves Mariano
Pedro Henrique Reynaldo Alves
Ronnie Preuss Duarte
Bruno de Albuquerque Baptista

MEMBRO HONORÁRIO

Gustavo Henrique Vasconcelos Ventura
- presidente do IAP

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA - TED-PE

Turma Deontológica

Presidente: José Nelson Vilela Barbosa Filho
1º Vice-presidente: Jânio de Barros Carvalho
2ª Vice-presidente: Danielle Freire Rodrigues Pereira
Secretário-geral: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Secretária-geral adjunta: Renata Berenguer de Queiroz Moreira
Membro julgador (a): Catarina de Almeida de Oliveira
Membro julgador (a): Daniel Lima Araújo
Membro julgador (a): Danielle Cristina de Lacerda Farias Janguê
Membro julgador (a): Giselle Hoover Silveira
Membro julgador (a): Gustavo Luis Lapa
Membro julgador (a): Henrique Buril Weber
Membro julgador (a): João Olímpio Valença de Mendonça
Membro julgador (a): Maurício Bezerra Alves Filho
Membro julgador (a): Maria Amélia Giovannini Calado

Membro julgador (a): Marília Ferreira Silva Velozo
Membro julgador (a): Paulo César Andrade Siqueira
Membro julgador (a): Pollyana Tenório Veríssimo de Queiroz Amaral
Membro julgador (a): Saulo de Tarso Gomes Amazonas
Membro julgador (a): Silvana Ribeiro e Fonseca
Membro julgador (a): Simony Braga Miranda

Comissão de Admissibilidade

Coordenador: Saulo de Tarso Gomes Amazonas
Membro julgador (a): Adriano José Gomes
Membro julgador (a): Ana Luíza Duarte Pires de Castro
Membro julgador (a): Antônio Faria de Freitas Neto
Membro julgador (a): Carlo Giovanni Simoni Filho
Membro julgador (a): Cláudia Adriana de Alcântara Batista da Silva
Membro julgador (a): Felipe Augusto Sampaio Barbosa
Membro julgador (a): Flaviana Beserra Pacheco
Membro julgador (a): Josembergues Clarisval de Souza Melo
Membro julgador (a): Paulo Rodrigo Lopes de Oliveira
Membro julgador (a): Rafael Alex da Silva Torres
Membro julgador (a): Roger William Heuer Holanda

1ª Turma do TED

Presidente: José Nelson Vilela Barbosa Filho
Secretário (a): Simony Braga Miranda
Membro Julgador (a) : Anne Karine Guimarães de Souto Maior Melo
Membro Julgador (a): Gustavo Luis Lapa Silva

Membro Julgador (a): Raphael Nascimento Costa
Membro Julgador (a) : Simone Pelinca Pereira Pugliesi
Membro Julgador (a): Thamyres Cunha Melo Silva

2ª Turma do TED

Presidente: Jânio de Barros Carvalho
Secretário (a): Danielle Cristina de Lacerda Farias Janguê
Membro Julgador (a): Caroline Ribeiro Souto Bessa
Membro Julgador (a): Dija Oni Gama de Oliveira
Membro Julgador (a): Juliane de Lima Barros
Membro Julgador (a): Gilberto de Souza Costa
Membro Julgador (a): Ivaldo Luna Calado Júnior

3ª Turma do TED

Presidente: Danielle Freire Rodrigues Pereira
Secretário (a): Cleodon Fonseca
Membro Julgador (a): Ana de Andrade Vasconcelos Negrelli
Membro Julgador (a): Ana Paula de Arruda Costa
Membro Julgador (a): Marília Ferreira Silva Velozo
Membro Julgador (a): Tiago Gonçalves Siebra
Membro Julgador (a): Vanessa de Castro Viana

4ª Turma do TED

Presidente: Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Secretário (a): Pollyana Tenório Veríssimo de Queiroz Amaral
Membro Julgador (a): Agueda Fabiana de Almeida Valença
Membro Julgador (a): Berttonny Wasley Silva Vasconcelos
Membro Julgador (a): Ingrid Rafaelle

Machado Beltrão

Membro Julgador (a): Luiz Antônio da Silva

5ª Turma do TED

Presidente: Renata Berenguer de Queiroz Moreira

Secretário (a): Daniel Lima Araújo

Membro Julgador (a): Ada Priscilla Costa Benevides

Membro Julgador (a): Deocleciano Otávio de Oliveira Neto

Membro Julgador (a): Milton Cunha Neto

Membro Julgador (a): Manuela Gadelha Pereira

Membro Julgador (a): Patrícia Osório Caciquinho Carneiro Lyra

6ª Turma do TED

Presidente: Maurício Bezerra Alves Filho

Membro Julgador (a): Giselle Hoover Silveira

Membro Julgador (a): Nidreyjeane Gomes Magalhães

Membro Julgador (a): Nivânia Maria Martins da Cunha Sobral

Membro Julgador (a): Plínio Leite Nunes

Membro Julgador (a): Renata Tattiane Rodrigues de Siqueira Veras

7ª Turma do TED

Presidente: Catarina Almeida de Oliveira

Secretário (a): Breno Augusto Wanderley de Paiva

Membro Julgador (a): João Carlos Fonseca dos Santos Filho

Membro Julgador (a): Leonardo Moser da Silva

Membro Julgador (a): Maria Amélia Giovannini Calado

Membro Julgador (a): Marina de Acioli Roma

Membro Julgador (a) : Paulo Rafael de Lucena Ferreira

8ª Turma do TED

Presidente: Paulo César Andrade Siqueira

Secretário (a): Schamkypou Bernardo Bezerra

Membro Julgador (a): Alexsandra Iris de Melo Soares

Membro Julgador (a): Danilo Gomes de Melo

Membro Julgador (a): Henrique Buril Weber

Membro Julgador (a): Karenina Diniz Moreno

Membro Julgador (a): Maria Emília Miranda de Oliveira Queiroz

9ª Turma do TED

Presidente: Silvana Ribeiro e Fonseca

Secretário (a): André Granja Ferreira

Membro Julgador (a): Aline Coutinho Ferreira

Membro Julgador (a): Eduardo Vitor Gonçalves Coutinho

Membro Julgador (a): Luana Maria Soares de Oliveira

Membro Julgador (a): Maria do Socorro Carvalho Alves de Araújo

Membro Julgador (a): Ulisses Narcizo Dornelas de Souza Júnior

10ª Turma do TED

Presidente: João Olímpio Valença de Mendonça

Secretário (a): Isabela Paschoal Herrero

Membro Julgador (a): Frederico Cal Muinhos

Membro Julgador (a): Luciana Godoy de Melo Mota

Membro Julgador (a): Pedro de Albuquerque Malheiros Neto

Membro Julgador (a): Priscilla Kelly Jordão do Ó

OUVIDORIA

Ouvidora-geral: Maria Catarina Barreto de Almeida Vasconcelos

Ouvidor adjunto: Ricardo Rabêllo

Varjal Carneiro Leão

Ouvidora adjunta: Amanda Ruana Lima Botelho

CORREGEDORIA

Corregedor-seccional do Processo Disciplinar: Saulo de Tarso Gomes Amazonas

Corregedora-adjunta: Silvana Ribeiro e Fonseca

Corregedores Auxiliares:

Andressa Myrian do Amaral Araújo

Augusto César de Freitas Ramos

Brenno Henrique de Oliveira Ribas

João Marcelo P.Cavalcanti Neves

José Valdir da Silva

Manuela dos Santos Soares Lira

Marcelo Augusto Leal de Farias

Paulo Artur dos Anjos Monteiro da Silva

Wdson Pyerre Soares Silva.

COMUNICAÇÃO OAB-PE

Gerente de comunicação: Liniker Xavier

Coordenadora de comunicação: Betânia Castro

Reportagem: Carol Moura, Karla Oliveira, Natália Wanderley e Túlio Vasconcelos

Fotografia: Yacy Ribeiro e Vivian Ramos

Design: Bruno Dantas e Leonilson Gomes

CAPIBARIBE CONTEUDO

Edição: Catarina Lucrécia Araújo e Márcio Markman

Edição de Fotografia: Daniela Nader

Projeto gráfico, diagramação e arte:

Christiano Mascaro

Revisão: Tatiana Nascimento

Tratamento de imagem: Nathália Matos

SISTEMA ESTADUAL DE

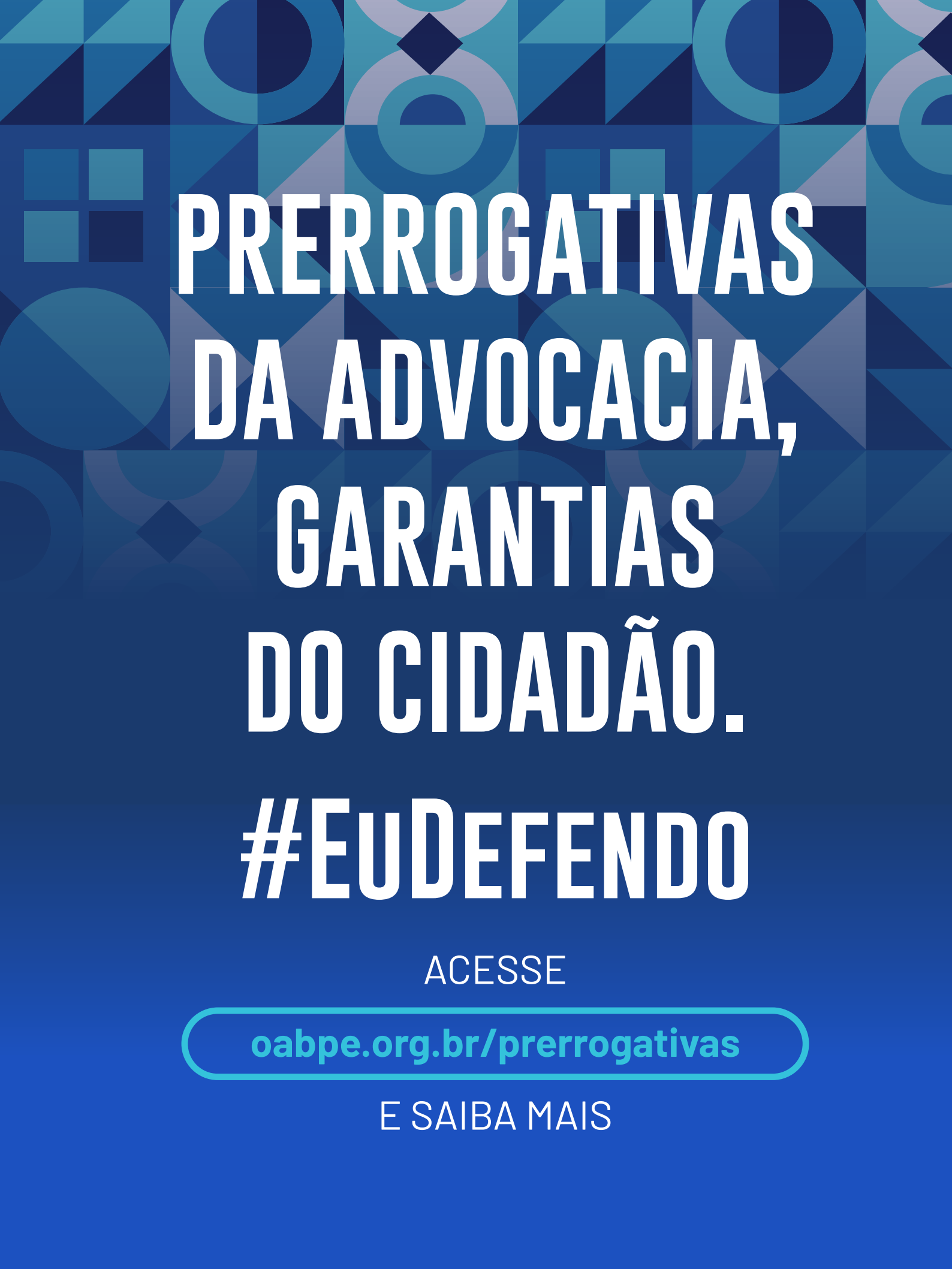
PRERRO



GATIVAS

OAB PERNAMBUCO





PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA, GARANTIAS DO CIDADÃO. #EUDEFENDO

ACESSE

[**oabpe.org.br/prerrogativas**](https://oabpe.org.br/prerrogativas)

E SAIBA MAIS



CAB | **ESA**
PERNAMBUCO

34
ANOS



**Conhecimento
que transforma**